



Relatório de Gestão Consolidado 2014

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'D', 'A', and 'M'.

Índice

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
2. Enquadramento da Operação de Consolidação	4
3. Perímetro de Consolidação	5
4. Atividade do Grupo ML	6
4.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E.....	6
4.2. Ferconsult, S.A.	9
4.3. METROCOM, S.A.....	10
4.4. TREM, A.C.E.....	11
5. Investimento	12
6. Desempenho Económica e Financeiro	13
6.1. Modelo de Financiamento.....	13
6.2. Síntese de Resultados	14
7. Recursos Humanos	16
8. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício	17
9. Perspetivas para 2015	18
10. Demonstrações financeiras	20
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.....	25
Parecer do Conselho Fiscal	83
Certificação Legal das Contas do Grupo ML.....	84

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Este relatório refere a atividade do Grupo METROPOLITANO DE LISBOA e os resultados obtidos no exercício de 2014.

O METROPOLITANO DE LISBOA, no quadro de uma administração comum à CARRIS, desenvolveu, em 2014, uma estratégia cujos resultados positivos têm sido reconhecidos, designadamente no tocante ao aumento dos níveis de eficiência da empresa, que a colocam num lugar destacado, em comparação com os demais operadores de transporte urbano que atuam nas várias cidades europeias.

Na generalidade, os principais objetivos definidos foram alcançados, conforme o relatório evidencia.

No exercício de 2014 foi possível continuar a integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA e da CARRIS, iniciada em 2012, bem como desenvolver as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levou à adoção de um conjunto diversificado de trabalhos técnicos e jurídicos, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2015.

Relevantes foram, também, as medidas para a integração dos grupos METROPOLITANO DE LISBOA e CARRIS, nomeadamente, ao nível da homogeneização dos procedimentos, tendo-se procurado identificar as melhores práticas de cada empresa, que, de seguida, foram transpostas para as restantes empresas de ambos os grupos.

No sentido da progressiva integração dos dois grupos empresariais com o novo grupo Transtejo no âmbito da nova empresa Transportes de Lisboa, estamos conscientes de que há muito trabalho a desenvolver para tornar a Empresa sustentável.

Assim, continuamos a otimizar a utilização dos recursos, quer externos, quer internos, procurando eliminar algumas ineficiências ainda existentes, bem como procurar a integração operacional plena.

Este é um processo complexo e exigente para o qual o Conselho de Administração está fortemente empenhado e motivado, apoiado neste desiderato por muitos colaboradores que sabemos disponíveis para participar nesta mudança.

O Conselho de Administração, nomeado para o triénio 2015–2017, está ciente de que todas as medidas que venham a ser adotadas visam alcançar a concretização da missão principal do METROPOLITANO DE LISBOA no sentido de assegurar a mobilidade dos seus clientes com sustentabilidade ambiental e económica.

As pessoas e a sua capacidade para, com ambição, trabalharem em equipa, têm sido o fator determinante para a construção de uma Empresa mais sustentável. Serão estas mesmas pessoas, com as suas capacidades, que, na sua grande maioria, irão construir o futuro das empresas do novo Grupo Transportes de Lisboa.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



A
A
2

2. Enquadramento da Operação de Consolidação

O Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho impõe a todas as empresas-mãe sujeitas ao direito nacional a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias sobre as quais exerça influência dominante ou controlo. Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Metropolitano" ou "ML") (denominação assumida em 26 de junho de 2009) como empresa-mãe do Grupo Metropolitano ("Grupo" ou "Grupo ML"), preparou demonstrações financeiras consolidadas do Grupo de empresas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2014. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC") que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a impostos sobre o rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o Grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

Grupo ML

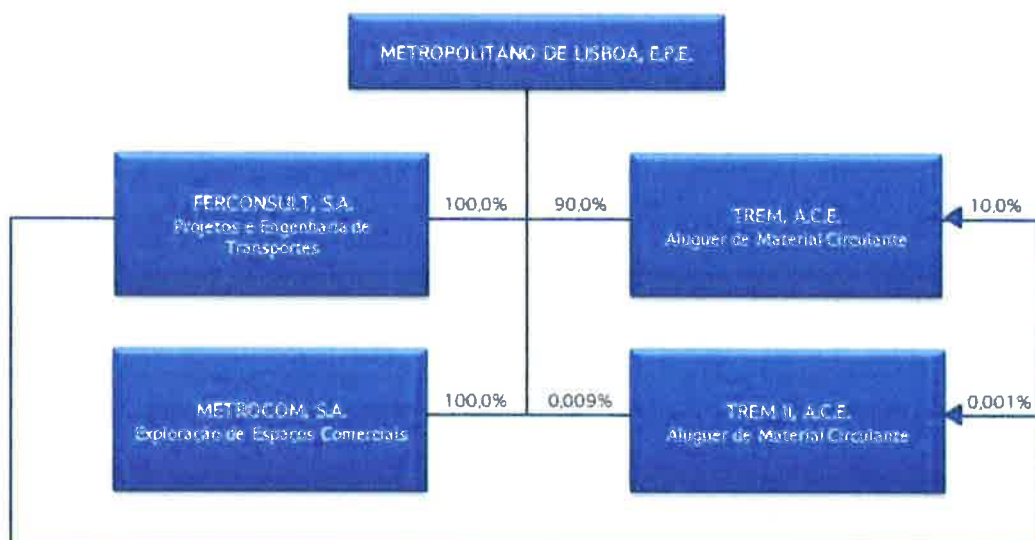


Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



3. Perímetro de Consolidação

O perímetro de consolidação do Grupo ML é constituído pelas seguintes empresas:



As contas das empresas identificadas no quadro abaixo foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de 2014 como “interesses minoritários”.

Empresa	Sede	Percentagem de capital detida		
		Direta	Indireta	Total
Publimetro – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40%	-	40%
Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5%	45%	50%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	-	14,29%

4. Atividade do Grupo ML



Transportes de Lisboa

4.1. Metropolitano de Lisboa, E.P.E

A
Handwritten signature and initials in blue ink.

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. tem como objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A 23 de agosto de 2012, no cumprimento do disposto no Plano Estratégico dos Transportes (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro) que previa a constituição de uma entidade denominada “Transportes de Lisboa, E.P.E.”, em resultado da fusão entre o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris) e considerando o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos Conselhos de Administração das duas empresas, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, foram nomeados novos Órgãos Sociais, para o mandato 2012/2014, comuns ao ML e à Carris, ato que marcou desde então a alteração no paradigma de gestão destas empresas de transportes.

A estratégia do Conselho de Administração, assentou no aumento de eficiência, no crescimento da quota de mercado do transporte público e manteve ainda o foco na preparação da Empresa para a abertura da gestão a entidades privadas, conforme orientação governamental.

Durante o exercício de 2014 manteve-se a lógica de gestão integrada do Metropolitano de Lisboa e da Carris, ao nível da partilha de meios humanos e materiais e da contratação partilhada de fornecimentos de bens e serviços, consolidando e desenvolvendo a qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, obtendo ganhos de eficiência e de produtividade.

Neste contexto, assumem especial relevância os seguintes diplomas que enquadram a atividade da Empresa:

- O Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, que estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo - Transportes do Tejo, S.A., e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio;
- O Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente ao nível III da Nomenclatura para Fins Territoriais e Estatísticos (NUTS), sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML, E.P.E.).

A atividade da Empresa sustenta-se em duas vertentes: Transportes de Passageiros e Gestão de Infraestruturas.

Da sua atividade operacional regista-se a inversão da tendência de decréscimo da procura que se verificava desde 2011, com um crescimento de 2,25% em relação ao ano anterior. Este crescimento encontra-se suportado pelas validações do sistema de bilhética, indicador utilizado como base para a repartição das receitas de passes entre os vários operadores de transporte.

A oferta registou um aumento de 1,83%, permitindo ajustamento à procura média de transporte e tendo como objetivo o aumento de eficiência da Empresa. No ano de 2014 ocorreram perturbações na circulação de comboios por motivo de greves nos meses de janeiro, setembro, outubro, novembro e dezembro.

No plano tarifário assinala-se a concretização de medidas que permitiram o aumento do preço dos passes intermodais e outros passes (navegante), com o correspondente reflexo positivo nos rendimentos da Empresa.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



Ao nível do efetivo, registou-se uma redução de 25 colaboradores (1,72%) face a 2013, dando continuidade aos objetivos de reestruturar e redimensionar serviços e consequentemente à melhoria de eficiência da Empresa. A taxa de absentismo global foi de 7,37% registando um acréscimo em relação ao ano anterior de 0,43 p.p.

O desempenho económico do ML, referente às contas individuais da empresa, reportado ao exercício de 2014 e respetiva comparação homóloga de 2013, é caracterizado pelos seguintes indicadores:

Metro - Contas individuais					
Indicadores	Un.	2014	2013	Var.	
				Valor	%
Volume de Negócios	M€	89,90	81,10	8,80	10,9%
Indemnizações Compensatórias (s/ IVA)	M€	27,95	44,00	-16,05	-36,5%
Rendimentos Operacionais	M€	152,09	183,66	-31,57	-17,2%
Gastos Operacionais	M€	187,71	161,03	26,68	16,6%
EBITDA	M€	-3,90	50,40	-54,30	-107,7%
EBITDA ajustado	M€	12,95	24,64	-11,68	-47,4%
Resultado Operacional	M€	-35,63	22,62	-58,25	-257,5%
Resultado Líquido	M€	-50,84	-15,31	-35,53	-232,1%

Da análise do painel de indicadores, merece especial referência:

- O crescimento do volume de negócios, que atingiu os 89,9 milhões de euros, mais 10,9% do que no ano anterior;
- A redução das indemnizações compensatórias atribuídas pelo Estado: 27,95 milhões de euros (valor sem IVA), montante inferior ao ano anterior (44,0 milhões de euros) em 36,5%. Em termos de subsídios à exploração (incluindo compensações tarifárias), estes situaram-se em 34,9 milhões de euros (valor sem IVA), menos 23,1% do que no ano anterior;
- O aumento de 16,6% dos gastos operacionais, que deve ser analisado sob duas perspetivas:
 - Gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos e Custo das Matérias Consumidas) que, no seu conjunto, decresceram 18,7 milhões de euros, (-15,5%), em resultado das medidas de racionalização e contenção implementadas.
 - Gastos associados ao reconhecimento de variações no património da Empresa (*non-cash costs*) que em 2014 atingiram 54 milhões de euros, representando cerca de 29% dos gastos operacionais, que se decompõem da seguinte forma:
 - Perdas decorrentes da venda da participação do Metropolitano de Lisboa na G.I.L e alteração da participação no TREM, A.C.E.: 18,9 milhões de euros;
 - Reforço de provisões (processos judiciais relacionados com os SWAP): 30,5 milhões de euros;
 - Registo de perdas por imparidade resultantes da reavaliação de imóveis: 4,6 milhões de euros.
- A redução de 17,2% nos rendimentos operacionais, que deve também ser analisada sob duas vertentes:
 - Rendimentos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Prestações de Serviços e Subsídios à Exploração). Não obstante o crescimento de 11% da Receita Tarifária, a diminuição dos subsídios à exploração em 23,1%, decorrente da redução do montante de indemnizações compensatórias recebidas originou que estes rendimentos, decrescessem 1,6%.

- A
A
- Rendimentos associados ao reconhecimento de variações no património da Empresa, que, em 2014, registaram, uma redução de cerca de 27 milhões de euros:
 - o Valor da carteira de derivados, que embora mantendo a tendência crescente, registou uma variação inferior a 2013, resultando numa redução de 41,3% refletida na rubrica "Ajustamentos justo valor", correspondente a uma redução de 9,58 milhões de euros;
 - o A conta "Outros rendimentos", que decresceu 17,3 milhões de euros, cerca de 60%, considerando que em 2013 se encontrava registado o *one-off income* obtido com o cancelamento antecipado dos derivados.

O agravamento do resultado líquido das contas individuais, em 35,5 milhões de euros em relação ao ano anterior é, essencialmente, consequência da conjugação dos efeitos atrás referidos.

A Ferconsult, S.A. é uma empresa multidisciplinar e especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que desenvolve a sua atividade nos mercados nacional e internacional.

Em linha com a tendência registada nos últimos anos, o volume de trabalho realizado para o ML em 2014 continua a decrescer, tendo-se situado nos 4,4% do volume de negócios total.

Neste contexto, a Empresa prosseguiu a aposta na internacionalização. Prova disso são as 32 propostas de âmbito internacional apresentadas em 2014, no valor aproximado de 34,3 milhões de euros, em vários mercados, mantendo o foco nos mercados Argelino (60,6% do volume de negócios) e Brasileiro (32%). Outros mercados alvo foram Cabo Verde, Moçambique, Turquia, Tunísia, Marrocos, Angola, Perú e Paquistão, com apresentação de propostas, manifestações de interesse e pré-qualificações.

No ano de 2014 verificou-se um aumento significativo da atividade da Empresa, tendo-se mantido a tendência de crescimento do Volume de Negócios iniciada no ano anterior. Esta variação no montante das prestações de serviços é essencialmente justificada pelo aumento do volume de trabalhos para os clientes Enterprise Metro D'Alger (com os projetos dos Lote 3 e 4) e Metrô de São Paulo (com os projetos das linhas 15, 4 e 5).

O desempenho económico da Ferconsult reportado ao exercício de 2014 e respetiva comparação homóloga de 2013, é caracterizado pelos seguintes indicadores:

Ferconsult					
Indicadores	Un.	2014	2013	Var.	
				Valor	%
Volume de Negócios	M€	7,93	6,61	1,32	20,0%
Rendimentos Operacionais	M€	8,09	7,10	1,00	14,1%
Gastos Operacionais	M€	9,57	6,97	2,60	37,3%
EBITDA	M€	-1,16	0,42	-1,58	-374,9%
Resultado Operacional	M€	-1,47	0,13	-1,60	-1236,8%
Resultado Líquido	M€	-1,55	0,12	-1,68	-1379,3%

Da análise do painel de indicadores, merece especial relevância:

- O aumento do Volume de Negócios em 20%, tendo atingido 7,93 milhões de euros, +1,32 milhões de euros, em relação ao ano anterior.
- O Resultado Operacional negativo de -1,47 milhões de euros, representando um agravamento de 1,6 milhões de euros em relação a 2013.
- O EBITDA negativo de -1,16 milhões de euros que decorre essencialmente de fatores extraordinários:
 - Alienação da fração no imóvel da Av. Barbosa do Bocage, que originou uma menos-valia contabilística de 1,047 milhão de euros;
 - Dívida da empresa GIBB à Ferconsult, no valor atual de 670 mil euros, para a qual se constituiu provisão no montante de 162.941 euros.

De referir que sem o efeito destes dois fatores, o EBITDA ascenderia aos 52 mil euros positivos.

O Resultado Líquido negativo de -1,55 milhões de euros, registando um agravamento de 1,68 milhões em relação ao ano anterior.



4.3. METROCOM, S.A.

Handwritten notes in blue ink, including a large '2' and some illegible scribbles.

A Metrocom, S.A., tem como atividade principal a promoção e comercialização de espaços existentes na rede de metro de Lisboa, gerindo os contratos de concessão lojas, escritórios, vitrinas, programando e organizando novas formas de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede, assim como desenvolvendo eventos ocasionais (feiras de livros e outras) e ações promocionais.

Na análise face ao ano anterior, verifica-se uma ligeira recuperação na comercialização de espaços comerciais. A taxa de ocupação subiu de 78,61%, em 2013, para 82,91%, em 2014. A linha Amarela, concorreu com 39,22% dos proveitos totais; seguida da linha Azul, com 32,37%; a linha Vermelha, com 21,67% e por último a linha Verde com 6,74%.

O desempenho económico da Metrocom reportado ao exercício de 2014 e respetiva comparação homóloga de 2013, é caracterizado pelos seguintes indicadores:

Metrocom					
Indicadores	Un.	2014	2013	Var.	
				Valor	%
Volume de Negócios	M€	2,25	2,32	-0,07	-3,0%
Rendimentos Operacionais	M€	2,50	2,57	-0,07	-2,5%
Gastos Operacionais	M€	2,21	2,11	0,11	5,0%
EBITDA	M€	0,31	0,48	-0,17	-35,9%
Resultado Operacional	M€	0,29	0,46	-0,17	-36,8%
Resultado Líquido	M€	0,22	0,34	-0,12	-34,8%

Da análise do painel de indicadores, merece especial relevância:

- A redução do Volume de Negócios (-3%) face a 2013.
- A redução do Resultado Operacional, que ainda assim se mantém positivo (293,6 milhares de euros), decorrente da redução dos Rendimentos Operacionais em -2,5% (65 mil euros) associada à redução do volume de negócios e de um aumento dos Gastos Operacionais em +5,0% (105 mil euros), refletindo o efeito do aumento da contrapartida a pagar ao Metropolitano de Lisboa, prevista no contrato de Concessão.

4.4. TREM, A.C.E.

O TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E. foi constituído em 2 de março de 2000, tendo como objetivo principal proceder à aquisição e locação de equipamento ferroviário que, eventualmente, venha a ser necessária no desenvolvimento da atividade do Metropolitano.

As relações contratuais estabelecidas em 2000 pela TREM, nomeadamente o contrato de aluguer de carruagens celebrado com o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e o contrato de financiamento celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), o Banco Santander Totta, S.A. (BST) e o Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSNP) – que em maio de 2010 foi importado por fusão no BST assumindo todos os ativos e passivos do BSNP enquanto sociedade incorporada – foram mantidas sem qualquer alteração.

Em 2014 ocorreram as exonerações das entidades CGD e BST, sem haver lugar a qualquer pagamento ou reembolso das respetivas contribuições para o ACE, nos termos previstos nos números 3 e 4 do art.º 8º dos respetivos estatutos, pelo que o capital afeto se mantém inalterado.

O desempenho económico da TREM, A.C.E. reportado ao exercício de 2014 e respetiva comparação homóloga de 2013, é caracterizado pelos seguintes indicadores:

TREM, A.C.E.					
Indicadores	Un.	2014	2013	Var.	
				Valor	%
Volume de Negócios	M€	2,47	2,39	0,08	3,4%
Rendimentos Operacionais	M€	2,59	2,55	0,04	1,7%
Gastos Operacionais	M€	0,05	3,46	-3,41	-98,6%
EBITDA	M€	2,54	2,50	0,04	1,7%
Resultado Operacional	M€	2,54	-0,91	3,45	379,7%
Resultado Líquido	M€	2,24	-1,25	3,48	279,1%

Da análise do painel de indicadores, merece especial relevância:

- O aumento do Volume de Negócios (+3,4%) face a 2013.
- O crescimento positivo do Resultado Operacional em 3,5 milhões de euros, decorrente da redução dos Gastos Operacionais em -3,4 milhões de euros e da melhoria dos Rendimentos operacionais em 42 mil euros (+1,7%).

A melhoria do resultado líquido de 3,5 milhões de euros em relação ao ano anterior é, essencialmente, consequência da conjugação dos efeitos atrás referidos.

2
A
A

5. Investimento

O ano de 2014 foi, à semelhança do ano anterior, caracterizado por contenção nas despesas desta natureza. Os investimentos mais significativos efetuados pelo Grupo ML, foram assumidos pelo próprio ML, sendo que o investimento de expansão/modernização ascendeu a 6,3 milhões de euros, contra 1,6 milhões de euros em 2013. Embora os troços das extensões da linha Vermelha a São Sebastião e ao Aeroporto já se encontrassem em exploração, em 2014 foi necessário dar seguimento aos trabalhos complementares que ainda estavam em curso, e que representaram 760 mil euros.

Destaca-se, em 2014 o desenvolvimento de projetos de reabilitação das galerias da linha Azul (entretanto concluídos) e das linhas Verde e Amarela.

Durante o ano de 2014, foram ainda desenvolvidos trabalhos com vista ao lançamento dos concursos públicos de Acabamentos e de Sinalização de via, no âmbito da expansão da linha Azul à Reboleira. O Investimento deste projeto está orçamentado em 62,77 milhões de euros, sendo a comparticipação comunitária de 50 milhões de euros. A imagem seguinte apresenta a estação Reboleira em fase de construção.



6. Desempenho Económica e Financeiro

6.1. Modelo de Financiamento

Desde 2011, na sequência do apoio financeiro prestado pelo Estado Português tem vindo a ser possível proceder à reestruturação parcial do passivo remunerado do Metropolitano de Lisboa.

A atividade da operação, foi sustentada pela trajetória positiva dos cash-flows gerados pela prestação do serviço público de transporte, resultado do crescimento sustentado da receita tarifária, associados a um decréscimo significativo dos gastos operacionais.

Em 2014, no modelo de financiamento do Grupo Metropolitano de Lisboa destacam-se as seguintes operações:

- Melhoria das condições de remuneração do serviço da dívida, comparativamente aos períodos antecedentes a este modelo de financiamento¹. Conforme estabelecido nos contratos de financiamento de médio e longo prazo celebrados no período entre 2011 e 2012 com o Estado, os juros são calculados recorrendo à taxa fixa nominal anual, equivalente ao custo de financiamento da República, com vencimento semestral e postecipado nos dias 31 de maio e 30 de novembro de cada ano.
- Os créditos vencidos de capital e juros relativos aos contratos de financiamento de médio e longo prazo celebrados com o Estado português foram convertidos em dotações de capital, no montante global de cerca de 315,6 milhões de euros.
- Dotações de Capital sob a forma de numerário no montante de cerca de 211,3 milhões de euros, para cobertura financeira do serviço da dívida contratada na Banca Comercial.
- A cobertura financeira do Plano de Investimentos do Metropolitano de Lisboa foi essencialmente efetuada por subsídios do PIDDAC, no montante de cerca de 3,9 milhões de euros e do Fundo de Coesão no montante de cerca de 5,6 milhões de euros.

Salienta-se, no entanto que este último valor se refere a despesas incorridas em anos anteriores, não correspondendo a despesa de investimento realizada em 2014, tendo sido recebido no âmbito do encerramento do processo de cofinanciamento do projeto de extensão da linha Vermelha ao Aeroporto.

Durante o ano de 2014, a participada Ferconsult atravessou um período de dificuldades de tesouraria decorrente, por um lado, do aumento de custos associados ao aumento da atividade e por outro, da sujeição a um prazo médio de recebimento dilatado.

¹ A grande alteração ao modelo de financiamento do Grupo Metropolitano de Lisboa ocorreu no exercício 2011. Estas operações foram viabilizadas na sequência do já referido financiamento de médio e longo prazo contratado junto da DGTF, permitindo melhorar substancialmente as condições de remuneração da dívida acumulada.

Grupo ML



Trein. A.C.E.
Trein II, A.C.E.



2

6.2. Síntese de Resultados

O desempenho económico e financeiro do Grupo ML (contas consolidadas), reportado ao exercício de 2014 e respetiva comparação homóloga, é caracterizado pelos seguintes indicadores:

Grupo ML - Contas consolidadas					
Indicadores	Un.	2014	2013	Var.	
				Valor	%
Volume de Negócios	M€	98,24	88,41	9,83	11,1%
Indemnizações Compensatórias (s/ IVA)	M€	27,95	44,00	-16,05	-36,5%
Rendimentos Operacionais	M€	160,64	189,11	-28,48	-15,1%
Gastos Operacionais	M€	180,12	167,52	12,59	7,5%
EBITDA	M€	23,88	60,04	-36,16	-60,2%
EBITDA ajustado	M€	40,67	33,90	6,77	20,0%
Resultado Operacional	M€	-19,48	21,59	-41,07	-190,2%
Resultado Líquido	M€	-53,09	-19,29	-33,80	-175,2%

Da análise do painel de indicadores económicos e financeiros, merece destaque:

- **Variação em Rendimentos Operacionais (-15,1%):**
 - Aumento do Volume de Negócios em 11,1% resultando, essencialmente, da atualização da chave de repartição de receitas entre operadores de transportes.
 - Redução dos Subsídios à Exploração em 23,1%, em resultado da variação negativa de cerca de 16 milhões de euros nas compensações financeiras atribuídas pelo Estado a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público. Contudo, foi ainda atribuída uma compensação financeira, pelo Estado, no montante de cerca de 4,8 milhões de euros, para compensar a alteração à política remuneratória resultante da decisão do Tribunal Constitucional.
 - Variação do justo valor dos instrumentos financeiros, menos 9,6 milhões de euros (-41,3%) em 2014 que em 2013.
 - Redução dos outros rendimentos e ganhos de 17,8 milhões de euros (-59,1%) face ao ano de 2013.
- **Variação em Gastos Operacionais (+7,5%):**
 - Aumento de 489 mil euros no Custo das Matérias Consumidas (+ 22,7%).
 - Variação negativa de 0,8% nos Fornecimentos e serviços externos (redução de 202 mil euros).
 - Redução na rubrica de "Remunerações ao pessoal" resultante, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro).
 - Perda de imparidade de ativos como resultado da avaliação feita a diversos imóveis da empresa, resultando uma imparidade dos mesmos no montante de 5.739.739 euros, a qual foi registada na demonstração de resultados, na rubrica de "Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).
 - Acréscimo de Provisões para juros a liquidar, no âmbito das operações de financiamento (mais 33,5 milhões de euros que em 2013);

Em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os pagamentos à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados e na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português foi reconhecido na rúbrica de provisões, o montante de cerca de 30,4 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2014 foi reconhecido o valor de cerca de 7,2 milhões de euros em “Ganhos Financeiros no Período”. Este montante refere-se aos movimentos efetuados no final do ano, relativamente aos dois depósitos colaterais existentes e refletidos, em termos contabilísticos.

O Resultado Líquido Consolidado referente ao exercício de 2014 foi negativo em 53,1 milhões de euros, assinalando-se uma agravamento do prejuízo face a 2013.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



7. Recursos Humanos

Numa época em que o contexto organizacional é caracterizado pela escassez de recursos económico-financeiros e pelas mudanças que ocorrem a um ritmo acelerado, a gestão das pessoas é fator chave para o sucesso de qualquer organização.

Tendo por base a missão de cada empresa e a prossecução dos objetivos do Grupo ML, foi durante o ano de 2014 prosseguida a adequação do número de efetivos e sua qualificação às necessidades dos respetivos negócios. No final de 2014 o efetivo do Grupo era composto por 1534 colaboradores, com a seguinte distribuição:

Efetivo real a 31 de dezembro	2014	2013	V.Abs.
Metro	1426	1451	-25
Ferconsult	102	105	-3
Metrocom	6	6	0
Efetivo do Grupo ML	1534	1562	-28

Assinala-se uma redução de 28 efetivos no Grupo ML, sendo o Metro a empresa que contabilizou maior redução de colaboradores (25) em 2014.



Os gastos com pessoal, atingiram cerca de 73,0 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 20,7% face a 2013. Este decréscimo resultou essencialmente da suspensão do pagamento dos complementos de pensões decorrentes do artigo 75º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

Grupo ML



Ferrol, A.C.E.
Ferrol II, A.C.E.



8. Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício, por Resolução do Conselho de Ministros n.º 04/2015, de 8 de janeiro, foi nomeado o Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em regime de acumulação com a Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., a Transtejo – Transportes Tejo, S.A. e a Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A..



Foi ainda determinado por despacho datado de 17 de fevereiro de 2015, tendo por base os termos do n.º 2, do artigo 59º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 4º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, aumentar o capital social da Empresa em 29.000.000 euros, a subscrever pelo Estado em numerário, até 20 de fevereiro de 2015 e a conversão de financiamentos concedidos pela DGTf em aumentos de capital, no montante de 410.758.820 euros.

À data da aprovação destas demonstrações financeiras o aumento de capital atrás referido encontrava-se totalmente subscrito e realizado, ascendendo o Capital Social atualizado ao montante de 1.657.862.755,86 euros.

De referir ainda que já em 2015, o Estado Português através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2015, de 26 de fevereiro, lançou o concurso público internacional para a subconcessão dos serviços prestados pelo Metropolitano de Lisboa.

Salienta-se ainda que, em 2 de julho de 2015, o Júri do concurso público internacional para a subconcessão dos serviços prestados pelo Metropolitano de Lisboa apresentou o Relatório Final de avaliação das Propostas, bem como os demais documentos que compõem o processo de concurso ao Conselho de Administração e restantes membros do Agrupamento de entidades adjudicantes, propondo a adjudicação à entidade Corporacion Española de Transportes, SA (CTSA).

Handwritten marks in the top right corner, including a large blue '2', a blue circle, and some blue scribbles.

9. Perspetivas para 2015

As atuais projeções macroeconómicas apontam para uma gradual recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro.

Um consenso alargado em torno deste crescimento é fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação das políticas que o sustentam.

As condições anteriores são indispensáveis para promover uma melhor afetação dos recursos e o crescimento da produtividade, contribuindo assim para o desígnio de aumentar sustentadamente os níveis de bem-estar económico em Portugal.

Neste contexto em que se prevê a inversão do ciclo económico, com a retoma gradual do crescimento e do emprego, em 2015, o METROPOLITANO DE LISBOA prosseguirá a sua atividade, num novo enquadramento do grupo TRANSPORTES DE LISBOA, aprofundando e consolidando o respetivo processo de reestruturação e de integração operacional com a CARRIS e com o grupo TRANSTEJO, no quadro da administração e gestão comum, em que hoje funcionam estas empresas.

O METROPOLITANO DE LISBOA vai continuar a apostar na procura de novas formas de fidelização e de captação de novos clientes, bem como de reforço do combate à fraude na utilização do Transporte Público, de que se espera uma recuperação da procura.

Ao mesmo tempo, em 2015, vão prosseguir as ações de redução dos gastos e de aumento da produtividade, de modo a acomodar a decisão do governo de terminar com o apoio financeiro do Estado, pelo fim da atribuição das indemnizações compensatórias, sem prejuízo de dar continuidade ao apoio às tarifas dos grupos sociais mais fragilizados (Social+), melhorando os resultados financeiros, condição indispensável para a sustentabilidade económica e financeira da Empresa.

Será, também, preocupação preservar e consolidar o equilíbrio do tecido social na Empresa, reforçando o clima de diálogo e de concertação indispensáveis ao seu normal funcionamento.

Ao mesmo tempo, o METROPOLITANO DE LISBOA, no âmbito dos trabalhos técnicos, financeiros e jurídicos desenvolvidos com a CARRIS, concretizará, com o acionista, o processo de concessão do respetivo serviço público a privados, conforme previsto no PET e refletido na Lei do Orçamento do Estado para 2014.

Em 2013 foi dado um passo importante com a publicação pelo governo de um novo diploma que veio clarificar, quer a subsídio do Estado, quer a repartição de receitas, sendo, no entanto, necessário para a sua correta aplicação, repensar toda a organização atual do sistema de transportes da região de Lisboa.

Só assim, será possível romper com hábitos instalados, criar novas regras, novas exigências de serviço e, sobretudo, contratualizar todo o serviço público de transporte, envolvendo o Estado, as Autarquias e os Reguladores, dando ao processo uma absoluta transparência em prol das populações da região de Lisboa que passarão a beneficiar de um verdadeiro sistema integrado de transporte público, ao melhor preço possível.

Note-se que todo este ajustamento do sistema terá, de acordo com a legislação europeia sobre transportes, de ser concluído até 2019.

Com a nomeação de um novo Conselho de Administração comum ao METROPOLITANO DE LISBOA, à CARRIS e ao Grupo TRANSTEJO, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, serão concretizados novos projetos e adotadas medidas que aprofundarão a integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA com

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



as empresas acima referidas, bem serão desenvolvidas as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levará à adoção de um conjunto diversificado de medidas, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2015.

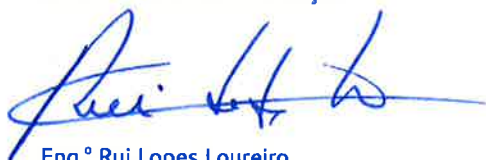
O exercício de 2015, ano em que o METROPOLITANO DE LISBOA completará 56 anos de atividade, será, assim, simultaneamente, um período em que se encerrará um ciclo de reestruturação da Empresa, iniciando-se um novo ciclo que será marcado pela construção de um novo modelo de organização e de funcionamento, assente num diferente enquadramento e em novos paradigmas.

Este novo modelo de organização e de funcionamento permitirá ao METROPOLITANO DE LISBOA afirmar-se como uma empresa pública com um desempenho diferente, no novo ciclo que, em 2015, será iniciado, esperando-se que a empresa, num novo enquadramento do grupo TRANSPORTES DE LISBOA, seja mais flexível, com uma dinâmica renovada, com um acrescido enfoque no mercado, com condições que lhe garantam maior sustentabilidade, prosseguindo e acentuando, com inovação, a oferta de novas soluções de mobilidade urbana, capazes de reforçarem o seu importante contributo para a competitividade e para a qualidade de vida em Lisboa.

Assegurar a sustentabilidade do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como a sua capacidade para continuar a atuar, de forma ativa, na mobilidade de Lisboa e da sua área metropolitana envolvente, são, afinal, os desafios principais que, em 2015, a Empresa terá que vencer e que enfrentar com confiança.

Lisboa, 24 de setembro de 2015

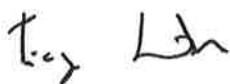
O Conselho de Administração



Eng.º Rui Lopes Loureiro



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



Dr. José Rui Roque

Grupo ML

FERCONSULT



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.

Transportes de Lisboa

10. Demonstrações financeiras


DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2014	31 dezembro 2013
NÃO CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	4.677.424.000	4.361.698.549
Ativos fixos tangíveis	6	393.673.239	439.793.465
Propriedades de investimento	8	390.982	428.728
Ativos intangíveis		85.225	35.684
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	542.085	19.730.851
Participações financeiras - outros métodos		396	396
Outros ativos não correntes	13	636.673	10.502.602
Derivados	10	3.678.000	3.271.187
Outros ativos financeiros	11	50.089.996	36.449.583
Total do ativo não corrente		5.126.520.596	4.871.911.045
CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	-	2.041.708
Inventários	12	2.482.190	1.569.041
Clientes	13	4.392.015	6.433.791
Estado e outros entes públicos	21	2.819.716	4.556.124
Outros ativos correntes	13	74.295.644	79.564.400
Diferimentos	14	1.466.062	1.750.134
Caixa e depósitos bancários	4	35.854.868	32.594.228
Total do ativo corrente		121.310.495	128.509.426
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		4.677.424.000	4.363.740.257
Total do ativo afeto à operação (ML)		570.407.091	636.680.214
Total do ativo		5.247.831.091	5.000.420.471
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO E RESERVAS ATRIBUÍVEIS AOS DETENTORES DE CAPITAL:			
Capital realizado	15	1.628.862.755	1.079.179.039
Reserva legal		21.597	21.597
Outras reservas		1.501.878	1.501.878
Resultados transitados		(1.588.001.998)	(1.539.545.359)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos detentores de capital da empresa-mãe		42.384.232	(458.842.845)
Interesses sem controlo	16	(49.996.243)	(15.307.818)
Total do capital próprio		(26.168.327)	(34.949.697)
		(33.780.338)	(509.100.360)
PASSIVO:			
NÃO CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	3.485.256.785	3.600.774.086
Provisões	17	42.897.060	13.921.724
Financiamentos obtidos	18	730.562.310	910.395.690
Outros passivos não correntes	23	14.105.891	17.012.122
Derivados	10	198.710.014	210.714.948
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	247.102.172	216.987.145
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		3.485.256.785	3.600.774.086
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)		1.233.377.447	1.369.031.629
Total do passivo não corrente		4.718.634.232	4.969.805.715
CORRENTE:			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	341.066.173	298.900.953
Fornecedores	20	3.138.864	2.689.698
Estado e outros entes públicos	21	2.313.461	3.046.874
Adiantamento de clientes		775.865	683.819
Financiamentos obtidos	18	169.479.706	185.183.132
Outros passivos correntes	23	46.203.128	49.210.640
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		341.066.173	298.900.953
Total do passivo corrente afeto à operação (ML)		221.911.024	240.814.163
Total do passivo corrente		562.977.197	539.715.116
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)		3.826.322.958	3.899.675.039
Total do passivo afeto à operação (ML)		1.455.288.471	1.609.845.792
Total do passivo		5.281.611.429	5.509.520.831
Total do capital próprio, interesses sem controlo e do passivo		5.247.831.091	5.000.420.471


O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração



Eng.º Rui Lopes Loureiro



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



Dr. José Rui Roque

Grupo ML





Trens, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	24	98.241.548	88.414.778
Subsídios à exploração	25	34.878.374	45.378.211
Trabalhos para a própria entidade	3.20	1.551.256	1.945.091
Aumentos / reduções de justo valor	10 e 11	13.618.875	23.199.397
Outros rendimentos e ganhos	28	12.346.206	30.176.465
Total dos rendimentos operacionais		160.636.259	189.113.942
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.639.558)	(2.150.462)
Fornecimentos e serviços externos	26	(26.158.744)	(26.360.519)
Gastos com o pessoal	27	(72.919.348)	(91.903.160)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(37.653.904)	(38.584.260)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	105.064	(25.000)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13	(1.347)	(27.345)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)	6 e 8	(5.706.350)	132.970
Provisões (aumentos / reduções)	17	(30.510.138)	2.993.247
Outros gastos e perdas	29	(4.631.035)	(11.596.763)
Total dos gastos operacionais		(180.115.360)	(167.521.292)
		(19.479.101)	21.592.650
Juros e rendimentos similares obtidos	30	7.525.403	879.150
Juros e gastos similares suportados	30	(23.667.831)	(39.828.044)
Resultados relativos a empresas associadas	9	(17.244.843)	(1.715.387)
Resultado antes de impostos		(52.866.372)	(19.071.631)
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(223.288)	(222.117)
Resultado líquido consolidado do exercício		(53.089.660)	(19.293.748)
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos detentores de capital da empresa-mãe		(49.996.243)	(15.307.818)
Resultado atribuível a interesses sem controlo		(3.093.417)	(3.985.930)
		(53.089.660)	(19.293.748)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Emílio Ferreira Mota

Dr. Carlos Emílio Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Rui Lopes Loureiro
Eng.º Rui Lopes Loureiro

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

José Rui Roque
Dr. José Rui Roque

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses sem controlo (Nota 16)	Total do capital próprio
	603.750.000	21.597	1.501.878	(1.466.158.966)	(77.332.039)	(938.217.530)	(30.963.767)	(969.181.297)
Posição em 1 de janeiro de 2013								
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	(77.332.039)	77.332.039	-	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	475.429.039	-	-	44.344.250	-	44.344.250	-	44.344.250
Aumento de capital	-	-	-	-	-	475.429.039	-	475.429.039
Regularização do justo valor dos derivados e de juros de empréstimos	-	-	-	(40.398.604)	-	(40.398.604)	-	(40.398.604)
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	1.079.179.039	21.597	1.501.878	(1.539.545.359)	(15.307.818)	(458.842.845)	(30.963.767)	(489.806.612)
Posição em 31 de dezembro de 2013	1.079.179.039	21.597	1.501.878	(1.539.545.359)	(15.307.818)	(474.150.663)	(34.949.697)	(509.100.360)
Posição em 1 de janeiro de 2014	1.079.179.039	21.597	1.501.878	(1.539.545.359)	(15.307.818)	(474.150.663)	(34.949.697)	(509.100.360)
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	(15.307.818)	15.307.818	-	-	-
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	549.683.716	-	-	(20.416.552)	-	(20.416.552)	-	(20.416.552)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	549.683.716	-	549.683.716
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias	-	-	-	(12.717.355)	-	(12.717.355)	11.874.787	(942.568)
Outros efeitos	-	-	-	(14.914)	-	(14.914)	-	(14.914)
Resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014	1.628.862.755	21.597	1.501.878	(1.588.001.998)	(49.996.243)	42.384.232	(23.074.910)	19.309.322
Posição em 31 de dezembro de 2014	1.628.862.755	21.597	1.501.878	(1.588.001.998)	(49.996.243)	(49.996.243)	(3.093.417)	(53.089.660)

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Emério Ferreira Mota

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Rui Lopes Loureiro

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Pedro Gonçalves de Brito Azeixo Bogas

Dr. Pedro Gonçalves de Brito Azeixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

José Rui Roque

Dr. José Rui Roque

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

		31 Dezembro 2014		31 Dezembro 2013	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Venda de bilhetes		86.467.539		85.826.671	
Subsídios à exploração	3.19	30.032.684		47.882.886	
Recebimentos de clientes		21.619.131		23.797.906	
Pagamentos a fornecedores		(39.416.023)		(39.219.609)	
Pagamentos ao pessoal		(48.638.968)		(66.706.493)	
Caixa gerada pelas operações		<u>50.064.363</u>		<u>51.581.361</u>	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(395.858)		(9.796.071)	
Outros recebimentos / pagamentos		(3.977.862)		(7.958.460)	
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>45.690.643</u>		<u>33.826.830</u>	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		2.163.274		57.984.043	
Juros e rendimentos similares		20.334		226.136	
		<u>2.183.608</u>		<u>58.210.179</u>	
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis		(8.908.152)		(16.737.098)	
Ativos intangíveis		(74.321)		(23.706)	
Outros pagamentos		(28.571)		-	
		<u>(9.011.044)</u>		<u>(16.760.804)</u>	
Fluxos das atividades de investimento [2]		<u>(6.827.436)</u>		<u>41.449.375</u>	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Aumentos de capital	15	211.326.846		476.389.039	
Empréstimos bancários - IGCP/DGTF		-		412.860.000	
Cancelamento antecipado de contratos de swap	10	-		15.422.250	
		<u>211.326.846</u>		<u>904.671.289</u>	
Pagamentos provenientes de:					
Empréstimos bancários	18	(129.808.268)		(284.030.538)	
Operações de leasing financeiro		(12.525.199)		(30.423.708)	
Operações de leasing operacional		-		(3.081.149)	
Empréstimos obrigacionistas		(7.731.367)		(7.731.367)	
Juros e gastos similares		(95.459.528)		(91.216.934)	
Cancelamento antecipado de contratos de swap	5.4	-		(490.851.289)	
Juros e gastos similares		(1.146.080)		(55.890.509)	
Depósitos a prazo (caução)		(258.969)		(19.700.540)	
Suprimentos concedidos	9	-		(5.092.660)	
		<u>(246.929.411)</u>		<u>(988.018.694)</u>	
Fluxos das atividades de financiamento [3]		<u>(35.602.565)</u>		<u>(83.347.405)</u>	
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		3.260.642		(8.071.200)	
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	32.594.227		40.665.427	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	35.854.868		32.594.227	

O anexo faz parte integrante desta demonstração consolidada dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Emério Ferreira da Mota

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

O Conselho de Administração

Rui Lopes Loureiro

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas

Dr. Pedro Gonçalves de Brito Aleixo Bogas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

José Rui Roque

Dr. José Rui Roque

Grupo ML

FERCONSULT



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.

Transportes de Lisboa

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS
 FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**
(Montantes expressos em euros)

	Notas	2014	2013
Resultado líquido consolidado do exercício		(53.089.660)	(19.293.748)
Plano de benefícios definidos - perdas atuariais	19	(20.416.552)	44.344.250
Regularização do justo valor dos derivados e de juros de empréstimos	15	-	(40.398.604)
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias		(842.568)	-
Outros efeitos		(14.914)	-
Outro rendimento integral do exercício		(21.274.034)	3.945.646
Total do rendimento integral consolidado do exercício		(74.363.694)	(15.348.102)
Atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		(83.145.064)	(11.362.172)
Interesses sem controlo	16	8.781.370	(3.985.930)
		(74.363.694)	(15.348.102)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Emério Ferreira Mota

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Rui Lopes Loureiro

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

José Rui Roque

Dr. José Rui Roque

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (“Empresa Pública Empresarial”), assumiu, no dia 26 de junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designada por “Empresa”.

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009. D.R. n.º 122, Suplemento, Série I de 26 de junho de 2009 do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L..

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pela Tutela (Ministério das Finanças e Ministério da Economia), beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

A Empresa é a empresa-mãe do Grupo Metropolitano (“Grupo”) formado pela Empresa e suas subsidiárias (Nota 3.2).

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 24.09.2015. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Estado Português através dos Ministérios que tutelam a atividade da Empresa, detentor do capital estatutário, nos termos da legislação específica sobre entidades públicas empresariais em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais (“IFRS”), tal como adotadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2014. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício económico do Grupo iniciado em 1 de janeiro de 2014:

	Aplicável aos exercícios iniciados em ou após
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	01-jan-14
IFRS 11 - Acordos conjuntos	01-jan-14
IFRS 12 - Divulgações sobre participações noutras entidades	01-jan-14
IAS 27 (revista em 2011) - Demonstrações financeiras separadas	01-jan-14
IAS 28 (revista em 2011) - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-14
Emendas às IFRS 10 e IAS 27 - Entidades de investimento	01-jan-14
Emenda à IAS 32 - compensação entre ativos e passivos financeiros	01-jan-14
Emenda à IAS 36 - divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros	01-jan-14
Emenda à IAS 39 - reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura	01-jan-14
IFRIC 21 - Pagamentos ao estado	01-jan-14

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2014, não tendo, da adoção das mesmas resultado impactos retrospectivos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

	Aplicável aos exercícios iniciados em ou após
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo de 2011 a 2013)	01-jan-15
Emenda à IAS 19 - Plano de benefícios definidos	01-fev-15
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo de 2010 a 2012)	01-fev-15

Estas normas, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Contudo, não são estimados impactos retrospectivos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, pelo que não foram adotadas pelo Grupo:

	Aplicável aos exercícios iniciados em ou após
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-jan-18
IFRS 14 - Activos regulados	01-jan-15
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	01-jan-17
Emenda à IFRS 11 - Registo de aquisição de interesses em operações conjuntas	01-jan-16
Emenda à IAS 16 e IAS 38 - Clarificação de métodos de depreciação e amortização aceitáveis	01-jan-16
Emenda à IAS 16 e IAS 41 - Agricultura	01-jan-16
Emenda à IAS 19 - Planos de benefícios definidos: contribuições dos empregados	01-jul-14
Emenda à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de activos entre o investidor e a	01-jan-16
Emenda à IAS 27 - Aplicação do método de equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias	01-jan-16
Emenda à IFRS 10, IFRS 12 - clarificações relacionadas com a excepção de consolidação de entidades de investimento	01-jan-16
Emenda à IAS 1 - Melhoramentos das divulgações	01-jan-16
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo de 2010 a 2012)	01-jul-14
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo de 2012 a 2014)	01-jan-16

3.2 Princípios de consolidação

a) Participações financeiras em empresas subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação.

Os interesses nos ativos líquidos das subsidiárias que não pertencem ao Grupo (interesses sem controlo) são apresentados no capital próprio, separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa mãe, na rubrica "Interesses sem controlo". Os interesses sem controlo consistem na quantia desses interesses na data de aquisição e na proporção dos mesmos nas alterações no capital próprio das subsidiárias adquiridas após a data da sua aquisição.

O resultado líquido e cada um dos componentes do rendimento integral são atribuídos ao Grupo e aos interesses sem controlo na proporção da sua detenção (interesse de propriedade), mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo. As transações (incluindo as eventuais mais ou menos valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As alterações no interesse de propriedade do Grupo na subsidiária que não resulte numa perda de controlo são registadas como transações de capital próprio.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de referência destas demonstrações financeiras não existem entidades nesta situação.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as empresas incluídas na consolidação são como segue:

Empresa	Sede	% de capital detida	
		2014	2013
Empresa-mãe:			
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Lisboa	n/a	n/a
Subsidiárias:			
Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
TREM - Aluguer de Material Circulante, ACE	Lisboa	100,00%	0,01%
TREM II - Aluguer de Material Circulante, ACE	Lisboa	0,01%	0,01%

Estas Empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de integração integral pela maioria dos direitos de voto, com exceção do TREM II, que foi incluída pelo mesmo método com base no previsto na interpretação nº 12 das Normas Internacionais de Relato Financeiro (SIC 12).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e decorrente da decisão tomada em Assembleia Geral do Trem, S.A. ("Trem") em 23 de dezembro de 2014, foi aceite a exoneração do Banco Santander e da Caixa Geral de Depósitos como agrupados do Trem, no qual detinham cada um, uma participação de 49,9950%. Em resultado desta decisão, e tal como previsto nos estatutos do Trem, a Empresa que detinha anteriormente, 0,0090% passou a deter 90% do capital, e a Ferconsult (empresa detida a 100% pela Empresa) que detinha anteriormente 0,0010% passou a deter 10% do capital, sendo que da saída dos anteriores agrupados não resultou o pagamento ou recebimento de qualquer montante, quer pela Empresa quer pela Ferconsult.

Consequentemente, por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que as perdas apuradas pelo Trem em 31 de dezembro de 2014 não se reverterão no futuro e que é responsabilidade da Empresa satisfazer os compromissos assumidos pelo Trem, foram reconhecidas pelo Grupo (com os correspondentes efeitos no capital próprio atribuível ao acionista da empresa-mãe e nos interesses sem controlo) as perdas acumuladas no montante de 14.240.521 euros correspondentes a 100% do capital próprio negativo apresentado pelo Trem em 31 de dezembro de 2014 (ajustado pelos ajustamentos de consolidação), das quais: (i) o montante de 12.717.355 euros foi reconhecido no capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe, dos quais 11.874.787 euros foram transferidos dos "Interesses sem controlo", pelo facto do Conselho de Administração da Empresa ter concluído, pelos factos ocorridos em 2014, que a exoneração daqueles agrupados e os efeitos daí decorrentes já deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores; e (ii) o montante de 1.518.362 euros, correspondente ao resultado líquido apurado em 2014 pela subsidiária (ajustado pelos ajustamentos de consolidação) foi reconhecido na demonstração dos resultados do exercício, por sua vez, o montante de 4.804 euros havia sido reconhecido em exercícios anteriores.

b) Empresas conjuntamente controladas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce uma influência significativa, presumida quando os direitos de votos sejam superiores a 20%, ou quando o Grupo tem o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as suas associadas e proporção no capital detido são como segue:

Empresa	Sede	2014			2013		
		% de capital detida			% de capital detida		
		Directa	Indirecta	Total	Directa	Indirecta	Total
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	0,00%	40,00%	40,00%	0,00%	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	45,00%	50,00%	5,00%	45,00%	50,00%
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	0,00%	0,00%	0,00%	16,00%	0,00%	16,00%
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	0,00%	14,29%	14,29%	0,00%	14,29%

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pela Empresa direta e indiretamente ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

3.3 Atividades de investimento em infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei n.º 196/1980 de 20 de junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total da demonstração da posição financeira da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, no seguimento do despacho n.º 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD na demonstração da posição financeira da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados na demonstração da posição financeira nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo dos ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e intangíveis deduzidos de subsídios e imparidades na rubrica ILD no ativo não se encontram a ser amortizados (Notas 3.4 e 3.5).

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade dos ILD os quais se encontram, reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento em 2011, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou as mesmas à rubrica de "Atividades de investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.4 Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Afetos às infraestruturas de longa duração (“ILD”):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. Após 1 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.6 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a amortização do ativo, é calculada conforme descrito na Nota 3.4 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.7 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



Sempre que, à data de relato, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)”.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.8 Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso do Grupo se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.9 Participações financeiras em associadas e participadas

As participações financeiras em empresas associadas e participadas, empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém nem o controlo, nem o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em associadas e participadas são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado após a data de aquisição pelo valor correspondente à participação do Grupo na variação do capital próprio (incluindo o resultado líquido) das associadas e participadas após essa data. Por aplicação do método de equivalência patrimonial, a proporção do Grupo no resultado líquido das associadas e

participadas é registado por contrapartida da demonstração dos resultados e os dividendos recebidos são deduzidos ao valor do investimento.

Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e participadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 9.

3.10 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado. Os inventários do Grupo em 31 de dezembro de 2014 consistem, essencialmente, em títulos de transporte (bilhetes), material de manutenção e limpeza.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversões)".

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio ponderado.

3.11 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i.) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros ativos

Os saldos de clientes e de outros ativos são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de um empréstimo. Estes ativos encontram-se registados ao custo amortizado.

d) Fornecedores e outros passivos

Os saldos de fornecedores e de outros passivos são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outros passivos correntes”.

(ii.) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor” com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Aumentos/reduções de justo valor”.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se unicamente os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da IAS 39 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

(iii.) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

(iv.) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2014		2013	
		Justo valor	Custo ou custo amortizado	Justo valor	Custo ou custo amortizado
Não correntes:					
Outros ativos não correntes	13	-	636.673	-	10.502.602
Derivados	10	3.678.000	-	3.271.187	-
Outros ativos financeiros	11	-	50.089.996	-	36.449.583
		3.678.000	50.726.669	3.271.187	46.952.185
Correntes:					
Clientes	13	-	4.392.015	-	6.433.791
Outros ativos correntes	13	-	74.295.644	-	79.564.400
Caixa e depósitos bancários	4	-	35.854.868	-	32.594.228
		-	114.542.527	-	118.592.419
		3.678.000	165.269.196	3.271.187	165.544.604

Passivos Financeiros	Notas	2014		2013	
		Justo valor	Custo ou custo amortizado	Justo valor	Custo ou custo amortizado
Não correntes:					
Financiamentos obtidos	18	-	730.562.310	-	910.395.690
Outros passivos não correntes	23	-	14.105.891	-	17.012.122
Derivados	10	198.710.014	-	210.714.948	-
		198.710.014	744.668.201	210.714.948	927.407.812
Correntes:					
Fornecedores	20	-	3.138.864	-	2.689.698
Adiantamentos de clientes		-	775.865	-	683.819
Financiamentos obtidos	18	-	169.479.706	-	185.183.132
Outros passivos correntes	23	-	46.203.128	-	49.210.640
		-	219.597.563	-	237.767.289
		198.710.014	964.265.764	210.714.948	1.165.175.101

3.12 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa, tal como mencionado na Nota 3.3, procedeu à quantificação dos encargos financeiros incorridos desde 31 de dezembro de 1995, inclusive, e considerou os mesmos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.13 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso do Grupo e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar, essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e com outras deslocações, ou com despesas de representação.

O Grupo não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos, corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2009 a 2014, ocorreram situações que conduziram ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 96.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

3.14 Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no passivo na rubrica de "Outros passivos", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, na rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização".

Grupo ML



Trem, A.C.F.
Trem II, A.C.F.



Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a blue checkmark, a signature, and the number 17.

3.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.16 Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pagas pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data de relato e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida na demonstração da posição financeira representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Reformas antecipadas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2014. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.17 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração

registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, estes não cumprem todos os requisitos da IAS 39 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, pelo que, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuado de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontram em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com a valorização determinada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (“IGCP”) que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da IAS 39.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados, são reconhecidas na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor”.

No caso dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o justo valor à data de relato seja negativo ou positivo, respetivamente, sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessas rubricas à data de cada relato, pelo que o efeito das variações de justo valor é neste caso nulo.

3.18 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de relato, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.19 Rébito

O rébito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rébito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rébito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rébito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rébito proveniente da prestação de serviços compreende, essencialmente, as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado, e ainda o rébito proveniente dos projetos de consultoria.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



O Grupo reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais - As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetadas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes ("IMT, I.P.").

Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços do Grupo e de cada um dos outros operadores.

- Bilhetes e bilhetes pré-comprados - O Grupo reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.
- Estudos e realização de projetos de consultoria - O Grupo reconhece o rédito dos projetos em regime de "time and materials" na data da prestação dos serviços (percentagem de acabamento), usualmente com base nas horas incorridas mensalmente pela equipa afeta ao projeto. O rédito dos restantes projetos é reconhecido de acordo com a execução do contrato, através do método da percentagem de acabamento, com base nos gastos totais incorridos, estimativa de gastos a incorrer para a conclusão do contrato, e o montante global de faturação acordada.

A diferença entre o montante do rédito assim determinado e o valor faturado é registado na rubrica de "Outros ativos correntes" ou na rubrica de "Outros passivos correntes".

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de "Subsídios à exploração" no exercício em que são atribuídas.

3.20 Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração - ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.21 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional do Grupo) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.22 Especialização de exercícios

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



3.23 Política de gestão de risco

No desenvolvimento da sua atividade o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam a cobertura de risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade operacional do Grupo é desenvolvida em Portugal e conseqüentemente a grande maioria das suas transações são mantidas em Euros. A política de cobertura deste risco específico passa por evitar, na medida, do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

b) Risco de liquidez

As necessidades de tesouraria são geridas duma forma adequada, gerindo os excessos e défices de liquidez. As necessidades de tesouraria são cobertas por financiamento avalizados pelo Estado Português ou diretamente pelo Estado Português, através de indemnizações compensatórias não reembolsáveis e dotações de capital.

c) Risco de taxa de juro

As receitas e "cash-flows" do Grupo são influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo e os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas do Grupo, se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Análise de sensibilidade da taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros derivados existentes à data de relato. Para os ativos e passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o montante de juros a receber ou a pagar, dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis e, no caso de taxas fixas contratadas no período em análise, as alterações da taxa de juro afetam também esta componente;
- As alterações nas taxas de juro do mercado só influenciam o montante de juro a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros com taxa fixa, se os mesmos forem registados pelo seu justo valor;
- As alterações nas taxas de juro do mercado afetam o justo valor dos derivados;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros é estimado descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano; e,
- Para efeitos da análise de sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

As análises de sensibilidade pressupõem a alteração de uma variável mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar correlacionadas.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% nas taxas de mercado para os instrumentos financeiros derivados, a 31 de dezembro de 2014, resultaria num aumento de 171.780.121 euros aproximadamente e uma diminuição de 348.888.421 euros aproximadamente na diminuição do resultado antes de imposto.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



3.24 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – o qual com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontram em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com o valorização determinada pelo IGCP que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados da Empresa;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com pensões preparada pelo atuário.

3.25 Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados em conformidade com a informação utilizada internamente pelos órgãos de gestão do Grupo.

3.26 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data de relato que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data de relato (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data de relato que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data de relato (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalha-se conforme se segue:

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



Fluxos de Caixa	2014	2013
Numerário	307.670	19.769
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	35.547.198	32.574.459
Caixa e depósitos bancários	35.854.868	32.594.228
Descobertos bancários (Nota 18)	(255.825)	-
Caixa e seus equivalentes	35.599.043	32.594.228

5. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2014	2013
Actividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5.1	3.081.873.280	3.073.855.435
Activos intangíveis	5.2	6.934.526	6.919.091
Subsídios	5.3	(985.705.613)	(983.543.839)
Conta a receber - Estado	5.4	2.572.280.099	2.264.467.862
Outras contas a receber	5.5	2.041.708	-
		4.677.424.000	4.361.698.549
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	5.5	-	2.041.708
		-	2.041.708
Total do ativo		4.677.424.000	4.363.740.257
Passivo não corrente:			
Provisões	5.4.1	47.815.256	19.729.602
Financiamentos obtidos	5.6	2.822.757.942	3.135.580.620
Derivados	5.7	614.683.586	445.463.864
		3.485.256.785	3.600.774.086
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.8	1.519.933	2.267.294
Financiamentos obtidos	5.6	312.822.678	265.660.304
Outras contas a pagar	5.9	26.723.562	30.973.355
		341.066.173	298.900.953
Total do passivo		3.826.322.957	3.899.675.039
Total ILD líquido		851.101.043	464.065.217

2014
 D
 f
 Fide

	Notas	2014	2013
Actividades de Investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5.1	3.081.873.280	3.073.855.435
Activos intangíveis	5.2	6.934.526	6.919.091
Subsídios	5.3	(985.705.613)	(983.543.839)
Conta a receber - Estado	5.4	2.572.280.099	2.264.467.862
Outras contas a receber	5.5	2.041.708	
		4.677.424.000	4.361.698.549
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	5.5	-	2.041.708
		-	2.041.708
Total do ativo		4.677.424.000	4.363.740.257
Passivo não corrente:			
Provisões	5.4.1	47.815.256	19.729.602
Financiamentos obtidos	5.6	2.822.757.942	3.135.580.620
Derivados	5.7	614.683.586	445.463.864
		3.485.256.785	3.600.774.086
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.8	1.519.933	2.267.294
Financiamentos obtidos	5.6	312.822.678	265.660.304
Outras contas a pagar	5.9	26.723.562	30.973.355
		341.066.173	298.900.953
Total do passivo		3.826.322.957	3.899.675.039
Total ILD líquido		851.101.043	464.065.217

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2013 resulta, essencialmente, dos seguintes factos:

- Conversão em capital de financiamentos obtidos do Estado no montante de 186.426.360 euros (Nota 15);
- Amortização de financiamentos obtidos de acordo com os planos de reembolso definidos no montante de 79.233.944 euros; e
- Juros incorridos no exercício de 2014 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 113.769.965 euros (Nota 5.4.2).

5.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2014						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.171.864.274	(199.062.008)	2.972.802.266	3.932.541	21.530.090	2.998.264.897
Terrenos e recursos naturais	16.314.977	(2.388.442)	13.926.535	24.908	(472.500)	13.478.943
Edifícios e outras construções	2.709.907.330	(176.310.029)	2.533.597.301	3.789.824	19.538.599	2.556.925.724
Equipamento básico	445.641.967	(20.363.537)	425.278.430	117.809	2.463.991	427.860.230
Activos fixos tangíveis em curso	99.171.926	-	99.171.926	5.096.930	(22.083.131)	82.185.724
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	88.149.665	-	88.149.665	3.622.748	(19.599.189)	72.173.224
Equipamento básico	10.990.149	-	10.990.149	1.474.182	(2.483.942)	9.980.389
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	3.295.531	-	1.881.243	-	(226.472)	1.654.771
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções	-	-	-	(232.112)	-	(232.112)
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.274.331.731	(199.062.008)	3.073.855.435	8.797.359	(779.514)	3.081.873.280

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2014 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso – Edifícios e outras construções”, no montante de 3.789.824 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Amadora Este/Reboleira, com 1.024.473 euros e à remodelação da rede 1.530.525 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2014 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – Edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – Equipamento básico”, nos montantes de 19.599.599 euros e 2.463.991 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de investimentos relativos ao interface do Cais do Sodré.

31 de Dezembro de 2013						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.140.144.000	(199.062.008)	2.941.081.992	5.559.606	26.160.668	2.972.802.266
Terrenos e recursos naturais	16.098.382	(2.388.442)	13.709.940	216.595	-	13.926.535
Edifícios e outras construções	2.692.985.861	(176.310.029)	2.516.675.832	5.194.330	11.727.138	2.533.597.300
Equipamento básico	431.059.757	(20.363.537)	410.696.220	148.681	14.433.530	425.278.431
Activos fixos tangíveis em curso	125.926.855	-	125.926.855	3.126.216	(29.881.145)	99.171.926
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	102.362.526	-	102.362.526	1.217.841	(15.430.702)	88.149.665
Equipamento básico	23.532.217	-	23.532.217	1.908.375	(14.450.443)	10.990.149
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	3.295.531	-	2.710.812	-	(829.569)	1.881.243
Total do ativo fixo tangível bruto - ILD's	3.269.366.386	(199.062.008)	3.069.719.658	8.685.822	(4.550.046)	3.073.855.435

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico”, no montante de 1.908.375 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Oriente/Aeroporto, com 768.079 euros e à remodelação da rede 855.342 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2013, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente ao empreendimento Oriente/Aeroporto, à Remodelação da Rede e da estação Areeiro, nos montantes de 851.822 euros, 693.006 euros e 158.816 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2013 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – Edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – Equipamento básico”, nos montantes de 15.430.702 euros e 14.450.443 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de 99.171.926 euros registado na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" inclui, essencialmente, 53.431.060 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 5.253.492 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de "Terrenos e recursos naturais", "Edifícios e outras construções" e "Equipamento básico", nos montantes de 32.112 euros, 72.173.224 euros e 9.980.389 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
2014			
Remodelação da rede	-	14.914.567	4.250.244
Extensão Rato/Estrela	-	1.456.432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	53.400.558	996.634
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	3.061.938	718.339
Interface do Cais do Sodré	-	13.743.758	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	13.388.254	17.988.895
Promoção de acessibilidades	-	1.669.544	-
Outros	32.112	(29.461.827)	(15.238.533)
	32.112	72.173.224	9.980.389

Os montantes de (29.461.827 euros) e (15.238.533 euros) respeitam a transferências ocorridas até 31 de dezembro de 2014 para as rubricas do ativo fixo tangível correspondentes.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

	2014			2013		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos capitalizados						
Gastos departamentais	68.926.989	6.229.944	75.156.933	67.585.309	6.086.648	73.671.957
	68.926.989	6.229.944	75.156.933	67.585.309	6.086.648	73.671.957

5.2 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Activo Bruto	31 de Dezembro de 2014			
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.152.663	2.439	752.745	3.907.846
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.746.601	12.996	(752.745)	1.006.853
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.919.091	15.435	-	6.934.526

O montante de 752.745 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita ao estudo prévio de prolongamento na linha Vermelha.

Ativo Bruto	31 de Dezembro de 2013			
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Ativos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.151.465	-	1.198	3.152.663
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Ativos intangíveis em curso	1.736.932	10.867	(1.198)	1.746.601
Total do ativo intangível bruto - ILD's	6.908.224	10.867	-	6.919.091

O montante de 1.198 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita a serviços de análise de risco efetuados na linha Vermelha.

5.3 Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi como se segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2014			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	174.422.124	3.937.500	-	178.359.624
Fundo Coesão	375.139.922	5.625.648	(7.401.374)	373.364.196
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
Total de subsídios	983.543.839	9.563.148	(7.401.374)	985.705.613

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de 9.563.148 euros respeita, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão Oriente/Aeroporto, no montante de 5.625.648 euros; e (ii) PIDDAC, no montante de 3.937.500 euros para a extensão Amadora Este/Reboleira.

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de 7.401.374 euros respeita, essencialmente à devolução da comparticipação nas despesas relativas à extensão Amadora Este/Reboleira.

5.4 Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2014	2013
Instrumentos Financeiros	5.7	614.683.586	445.463.864
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	47.815.256	19.729.602
Juros, taxa de aval e imposto de selo	5.4.2	1.603.258.910	1.489.488.945
Gastos de emissão	5.4.2	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.4.2	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em edifícios outras construções	5.4.3	232.111	-
Ganhos em activos fixos tangíveis	5.4.4	(3.495.216)	-
		2.572.280.099	2.264.467.862

5.4.1 Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 47.815.256 euros em 31 de dezembro de 2014 (19.729.602 euros em 31 de dezembro de 2013) inclui: (i) o montante de 9.084.338 euros referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados; e (ii) o montante de 38.219.570 euros relativo aos juros vencidos e não pagos desde setembro de 2013 até dezembro de 2014 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras na rubrica afeta aos ILD, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2014 ascende a 511.348 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Provisão para processos judiciais em curso".

5.4.2 Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram possíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os puder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 3.11 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos até 1995, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a essa data, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 285.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2014	2013
Juros, taxa de aval de imposto do selo	1.603.258.910	1.489.488.945
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição	289.555.301	289.555.301
Total de gastos de empréstimos	1.913.044.361	1.799.274.396

5.4.3 Perdas por imparidade em edifícios e outras construções

No decurso do exercício de 2014 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou uma imparidade no montante de 232.111 euros.

5.4.4 Ganhos em imobilizado

No decurso do exercício de 2014 a Empresa transferiu para o património do Estado a parcela de terreno integrada no terminal do Cais do Sodré, da qual resultou um ganho no montante de 3.495.216 euros.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



Descrição	31 de Dezembro de 2014				31 de Dezembro de 2013			
	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	152.231	297.350.438	11.142.300	308.644.969	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697
	152.231	297.350.438	11.142.300	308.644.969	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697

5.5 Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação Areeiro.

5.6 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se como segue:

	Entidade financiadora	2014				2013			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	7.731.367	7.731.367	15.462.735	77.313.674	7.731.367	15.462.735	23.194.102
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
			7.731.367	1.317.731.367	1.325.462.735		7.731.367	1.325.462.735	1.339.194.102
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	57.193.405	3.183.611	6.367.221	9.550.832	57.193.405	3.183.611	9.550.832	12.734.443
ML I/2	BEI	234.435.012	18.000.000	65.579.594	83.579.594	234.435.012	18.000.000	83.579.594	101.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	19.951.916	24.939.895	74.819.685	4.987.979	24.939.895	29.927.874
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	25.119.084	30.703.084	54.867.769	5.584.000	30.703.084	36.287.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	33.253.193	39.903.832	99.759.579	6.650.639	39.903.832	46.554.471
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	23.776.033	27.433.884	54.867.769	3.657.851	27.433.884	31.091.735
ML IV	BEI	169.591.285	22.400.000	62.704.090	85.104.090	169.591.285	22.400.000	85.104.090	107.504.090
ML I/3	BEI	124.699.474	7.038.497	101.780.559	108.819.056	124.699.474	7.038.498	108.819.056	115.857.554
ML I/3B	BEI	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	126.989.391	126.989.391	253.978.782	507.957.564	126.989.390	253.978.782	380.968.172
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	59.436.969	118.873.939	178.310.908	237.747.877	59.436.969	178.310.908	237.747.877
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	47.162.374	235.811.870	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244
			305.091.310	1.205.026.575	1.510.117.885		257.928.937	1.510.117.885	1.768.046.822
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
			-	800.000.000	300.000.000		-	300.000.000	300.000.000
Total de empréstimos obtidos			312.822.678	2.822.757.942	1.135.580.620		265.660.304	3.135.580.620	3.401.240.924

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027" foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pelo Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

Grupo ML



Frem. A.C.E.
Frem. II, A.C.E.



No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em consequência do despacho emanado pelo Ministério das Finanças e Economia datado de 31 de dezembro de 2014, a Empresa procedeu à conversão em capital de parte da dívida contraída junto da DGTF em 2011 e 2012, no montante de 315.628.462 euros, do qual, o montante de 186.426.360 euros se encontrava classificado na rubrica de financiamentos dos ILD (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2014, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2016	7.731.367
2017	-
2018	-
2019	400.000.000
2020 e seguintes	910.000.000
	1.317.731.367

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2016	305.091.310
2017	178.101.919
2018	118.664.950
2019	118.664.950
2020 e seguintes	484.503.446
	1.205.026.575

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os financiamentos obtidos que têm associados “covenants”, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2014 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM / NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE	LIQUIDITY (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTOS DO SELO	OUTRAS CLÁUSULAS
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Dezembro de 1992, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML A"), alterado em 10 de Março de 2006	9.550.831,89	5 de Dezembro de 2017	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V2"), alterado em 10 de Março de 2006	83.579.594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II")	24.939.894,75	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML III"), alterado em 10 de Março de 2006	30.703.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/B")	39.903.812,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V3"), alterado em 10 de Março de 2006	108.819.055,59	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V3/B"), alterado em 10 de Março de 2006	74.819.684,56	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V4")	27.433.884,37	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 26 de Novembro de 1998, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V4"), alterado em 10 de Março de 2006	85.104.089,68	15 de Setembro de 2018	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V4/A"), alterado em 10 de Março de 2006	150.000.000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V4/B"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V4/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN-Amro Bank, N.V. em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cf. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial de natureza ou do objecto social da empresa
US \$ 100.000.000,00 7,42% Notes due 2016 Merrill Lynch - Private Placement	15.462.734,85	17 de Outubro 2016	SIM	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Não alteração da natureza ou do objecto social da empresa (operação do sistema Metrol)
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2025 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeito à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial de natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeito à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial de natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019 Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco de Investimentos, S.A., Santander Global Banking & Markets / Fevereiro 2009, sujeito à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial de natureza ou do objecto social da empresa

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



5.7 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo conforme referido na Nota 3.17, contratou SWAPS de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avaliados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o justo valor dos contratos de SWAPS afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 3.17 e detalham-se como se segue:

Designação	Entidade	Swap	Data		Capital coberto 31.12.2014			Justo valor		Variação		
			Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("IV")				
								(contraparte)				
B EI (ML A)	BBVA	02-02-2006	05-12-2005	15-12-2017				(349.496)	(463.502)	114.006		
B EI (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30-03-2006	15-03-2006	15-09-2019	9.030.538	520.294	9.550.832				
B EI (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	RBS	16-01-2009	15-12-2008	15-12-2019	78.145.004	5.434.590	83.579.594	29.096.544	(20.280.511)	(5.400.068) (*)	
B EI (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02-02-2006	15-12-2005	15-06-2020	24.939.895		24.939.895	9.975.956	62.051	65.958	(3.907)
B EI (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES INV	11-02-2010	15-12-2009	15-09-2018	24.939.895		24.939.895	12.802.479	(801.531)	(673.433)	(128.098)
B EI (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26-05-2003	16-06-2003	15-06-2022	37.409.842	37.409.842	74.819.685	67.836.514	(5.075.869)	(7.472.612)	2.396.743
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31-05-2007	15-03-2007	15-06-2022	66.666.667	13.333.333	80.000.000	33.333.333	(6.912.860)	(5.609.517)	(1.303.343)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXABI	16-07-2009	15-03-2010	15-06-2022				2.883.000		429.430	2.453.571
A B N (SCHULDSCHHEIN)	TRANCHE C	BST	25-02-2005	22-07-2005	22-07-2024	193.843.172	(193.843.172)		100.000.000	(36.451.644)	(21.739.690)	(14.711.954)
MERRILL LYNCH	M LYNCH		16-07-2010	15-04-2010	15-10-2016	300.000.000		300.000.000	15.462.735	1.801.828	(81.791)	1.883.619
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15-12-2006	04-12-2006	04-12-2026	15.462.735		15.462.735	70.000.000				
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026				30.000.000	(34.996.719)	(5.754.850)	(29.241.869)	
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026				30.000.000	(34.941.808)	(5.754.850)	(29.186.958)	
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXABI	28-04-2010	04-12-2009	04-12-2026				100.000.000	20.962.644	22.195.656	(1.233.012)	
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15-01-2010	04-02-2010	04-02-2019	400.000.000		400.000.000	100.000.000				
					400.000.000		400.000.000	100.000.000	(24.364.337)	(24.152.174)	(212.163)	
					2.212.219.764		2.161.593.799	(816.683.586)	(445.463.864)	(169.219.722)		

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP conforme referido na Nota 3.17.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa passou a mensurar os instrumentos financeiros derivados de acordo com o "marked-to-market" determinado pela contraparte com os quais os mesmos foram contratados. A metodologia utilizada é das instituições bancárias contratantes, que consiste na projeção dos cash-flow atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual de forma a projetar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 34 contratos de SWAP tendo pago o montante de 490.851.289 euros cujo "marked-to-market" à data da liquidação, determinado pela contraparte com a qual os mesmos foram contratados ascendia a 671.686.152 euros.

O detalhe dos contratos de SWAP liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Despacho	Entidade bancária	Tipo de Instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Varição
BEI ML I/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	15-set-21	95.602.930	20-03-2013	(21.900.000)	(24.812.540)	(2.912.540)
BEI ML I/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	22-jul-24	100.000.000	20-03-2013	(38.960.000)	(50.401.491)	(11.441.491)
ABN1	549/13-SET	Morgan Stanley	CMS Steepener	22-jul-24	100.000.000	21-03-2013	(23.000.000)	(30.751.213)	(7.751.213)
BEI REESTRUT - IC	660/13-SET	Crédit Suisse	Worst of 2 Spreads	15-jun-22	17.364.188	08-04-2013	(21.400.000)	(40.883.076)	(19.483.076)
	660/13-SET	Crédit Suisse	Floors, Overlay	22-jul-24	100.000.000	08-04-2013	(7.300.000)	10.897.948	18.197.948
	660/13-SET	Crédit Suisse	Spread Option, Overlay	22-jul-24	100.000.000	08-04-2013	(9.800.000)	(12.318.660)	(2.518.660)
OBRIG 2026-5	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	04-dez-26	70.000.000	08-04-2013	(7.900.000)	(6.982.720)	917.280
	879/13-SET	Barclays	Vanilla, Overlay	15-jun-22	77.895.605	07-05-2013	(4.832.919)	(6.098.999)	(1.266.080)
BEI ML V/B	879/13-SET	Barclays	Index linked	15-jun-21	80.000.000	07-05-2013	(16.188.865)	(19.318.887)	(3.130.022)
OBRIG 2026-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-dez-26	100.000.000	07-05-2013	(16.450.389)	(22.722.434)	(6.272.045)
OBRIG 2026-6	879/13-SET	Barclays	Cap Knock Out	04-dez-26	200.000.000	07-05-2013	(1.334.193)	(1.742.306)	(408.113)
OBRIG 2026-7	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-dez-26	100.000.000	07-05-2013	(50.229.558)	(60.610.697)	(10.381.139)
OBRIG 2027-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	07-dez-22	200.000.000	07-05-2013	(36.398.650)	(48.840.456)	(12.441.806)
OBRIG 2019	879/13-SET	Barclays	Vanilla	04-fev-19	400.000.000	07-05-2013	65.078.000	59.796.768	(5.281.232)
OBRIG 2030	879/13-SET	Barclays	Vanilla	30-dez-30	300.000.000	07-05-2013	(84.149.925)	(94.973.821)	(10.823.896)
BEI ML II/C 1º e 2º	966/13-SET	BNP Paribas	Index linked	15-jun-22	86.790.834	16-05-2013	(10.140.000)	(16.471.820)	(6.331.820)
	966/13-SET	BNP Paribas	Snowball, Overlay	15-jun-22	40.000.000	16-05-2013	(780.000)	(1.103.064)	(323.064)
BEI ML II 1º	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-dez-19	11.472.352	16-05-2013	(390.000)	(553.696)	(163.696)
BEI ML V/C 2º	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-jun-22	40.000.000	16-05-2013	(3.055.000)	(4.558.493)	(1.503.493)
OBRIG 2027-3	966/13-SET	BNP Paribas	Vanilla	07-dez-27	100.000.000	16-05-2013	585.000	1.108.690	523.690
	1007/13-SET	Goldman Sachs	Floor, Overlay	04-fev-19	300.000.000	20-05-2013	(26.999.828)	(47.492.424)	(20.492.596)
BEI ML II 4º	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla Swap	15-dez-19	21.947.108	13-06-2013	(435.007)	(630.458)	(195.451)
	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla	15-jun-22	40.000.000	13-06-2013	850.721	1.222.515	371.794
	1161/13-SET	JP Morgan	Snowball, Overlay	15-jun-22	12.545.916	13-06-2013	931.613	1.342.312	410.699
OBRIG 2026-2	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla + Short Cap.	04-dez-26	100.000.000	13-06-2013	(4.966.196)	(6.558.103)	(1.591.907)
OBRIG 2026-6A	1161/13-SET	JP Morgan	Range Accrual GBP10y-JPY6m	04-dez-26	170.000.000	13-06-2013	(72.985.315)	(99.503.117)	(26.517.802)
OBRIG 2026-6B	1161/13-SET	JP Morgan	KO Swap, Overlay	04-dez-26	30.000.000	13-06-2013	(1.180.408)	(1.639.317)	(458.909)
OBRIG 2027-2	1161/13-SET	JP Morgan	Index Linked	07-dez-27	100.000.000	13-06-2013	(28.439.707)	(43.018.822)	(14.579.115)
BEI ML I/2 - 1º, 4º, 5º, 7º e 8º	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	15-set-19	93.192.074	28-06-2013	(10.621.473)	(16.793.772)	(6.172.299)
BEI ML II/B	1234/13-SET	Deutsche	Inverse Flooter Eur 10-2	15-dez-20	86.458.302	28-06-2013	(3.093.298)	(4.994.948)	(1.901.650)
BEI ML V/A	1234/13-SET	Deutsche	Convertible Swap	15-dez-20	150.000.000	28-06-2013	(19.719.623)	(30.436.427)	(10.716.804)
	1234/13-SET	Deutsche	Snowball	15-jun-22	25.091.832	28-06-2013	(4.162.465)	(5.325.071)	(1.162.606)
	1234/13-SET	Deutsche	Inflation Linked, overlay	04-dez-26	70.000.000	28-06-2013	(5.041.073)	(5.859.731)	(818.658)
OBRIG 2026-5A	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	04-dez-26	70.000.000	28-06-2013	(26.442.728)	(40.657.824)	(14.215.096)
							(490.851.289)	(671.686.152)	(180.834.863)

5.8 Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.9 Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

Grupo ML



Tren I, A.C.E.
Tren II, A.C.E.



6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis do Grupo, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.287.679	257.313.922	810.364.089	882.198	28.461.854	25.300.618	3.298.807	1.149.909.167
Aquisições	-	215.934	337.175	-	141.346	36.231	83.077	813.763
Alienações	-	-	-	(23.931)	(48.462)	-	-	(72.393)
Transferências	-	-	22.134	-	-	(1.994)	(48.418)	(28.278)
Abates	-	-	(7.146.540)	(64.766)	(4.695.772)	(1.090.201)	-	(12.997.279)
Saldo final	24.287.679	257.529.856	803.576.858	793.501	23.858.966	24.244.654	3.333.466	1.137.624.980
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	183.979.563	487.716.517	812.538	26.415.453	11.191.632	-	710.115.702
Amortizações do exercício	-	11.013.352	24.736.900	42.509	1.125.554	751.749	-	37.670.064
Alienações	-	-	-	(23.931)	(48.462)	-	-	(72.393)
Imparidades	-	5.739.739	-	-	-	-	-	5.739.739
Abates	-	-	(4.749.734)	(64.766)	(4.684.877)	(1.994)	-	(9.501.371)
Saldo final	-	200.732.654	507.703.683	766.350	22.807.668	11.941.387	-	743.951.741
Ativos líquidos	24.287.679	56.797.202	295.873.175	27.151	1.051.298	12.303.267	3.333.466	393.673.239

Os abates registados na rubrica de “Equipamento Básico” no montante de 7.146.540 euros são referente ao abate de 1 unidade tripla, em consequência de um acidente no dia 29 de julho de 2014, estando à data o processo em fase de inquérito.

No decurso do exercício de 2014 a Empresa mandou avaliar diversos imóveis, resultando uma imparidade dos mesmos no montante de 5.739.739 euros, a qual foi registada na demonstração de resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).”

2013								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.287.679	257.295.693	810.351.059	958.911	29.224.684	25.384.119	2.976.076	1.150.478.221
Aquisições	-	18.229	30.633	17.280	172.878	(75.790)	322.731	485.961
Alienações	-	-	(11.164)	(93.993)	-	-	-	(105.157)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(6.439)	-	(935.708)	(7.711)	-	(949.858)
Saldo final	24.287.679	257.313.922	810.364.089	882.198	28.461.854	25.300.618	3.298.807	1.149.909.167
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	172.981.688	462.535.218	841.809	25.999.156	10.300.134	-	672.658.004
Amortizações do exercício	-	10.997.875	25.195.658	60.485	1.351.843	898.951	-	38.504.812
Alienações	-	-	(8.456)	(89.756)	-	-	-	(98.212)
Abates	-	-	(5.903)	-	(935.546)	(7.453)	-	(948.902)
Saldo final	-	183.979.563	487.716.517	812.538	26.415.453	11.191.632	-	710.115.702
Ativos líquidos	24.287.679	73.334.359	322.647.572	69.660	2.046.401	14.108.986	3.298.807	439.793.465

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2014	2013
Gastos de empréstimos	-	404
	-	404

As amortizações do exercício, no montante de 37.582.770 euros (38.504.812 euros em 2013), foram registadas na rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” na demonstração dos resultados.

7. Locações

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.6 o Grupo regista no seu ativo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo é locatário em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração e uma viatura ligeira registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – equipamento básico” e “Ativos fixos tangíveis – equipamento transporte”, respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme se segue:

Locações Financeiras - Bens	2014		2013	
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	299.632.078	185.314.074	114.318.004	127.332.698
Equipamento de transporte	77.399	77.399	-	20.099
	299.709.477	185.391.473	114.318.004	127.352.797

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, vencem juros a taxas anuais que se situam entre - 3,6796% e 3,0861%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

Locações Financeiras	Capital em dívida (Nota 18)	
	2014	2013
Até 1 ano	16.932.255	9.024.101
Entre 1 ano e 5 anos	29.927.430	42.731.314
A mais de 5 anos	-	7.630.671
	46.859.685	59.386.086

8. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	31 de dezembro de 2014				Justo valor	31 de dezembro de 2013				Justo valor
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido		Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.425.003	1.739.610	390.982	390.982	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728
	3.555.595	1.425.003	1.739.610	390.982	390.982	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os cash-flows previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.7, e os gastos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2014				31 de dezembro de 2013			
	Rendimentos de rendas (Nota 28)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 28)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24.753	16.372	71.134	(62.753)	22.925	14.426	71.134	(62.635)
	24.753	16.372	71.134	(62.753)	22.925	14.426	71.134	(62.635)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 33.389 euros, a qual foi registada na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no montante de 71.134 euros, foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização".

9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Grupo evidenciava os seguintes investimentos em associadas e participadas:

	2014									
	Sede	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Empresas associadas:										
PublImetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.017.659	2.019.257	(1.598)	1.896.754	1.166	466	466	-
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	3.937.017	3.858.242	78.775	5.497.223	78.775	39.388	39.388	388.365
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.575.215	1.499.315	1.075.900	3.984.319	296.068	42.293	42.293	353.220
Total										542.085

	2013									
	Sede	% detida	Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Empresas associadas:										
PublImetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.884.907	2.887.671	(2.764)	1.842.904	103	41	41	-
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	50,00%	5.159.755	5.150.377	9.378	7.278.533	9.378	4.689	407.947	407.947
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16,00%	75.805.511	87.156.402	(11.350.891)	4.865.888	60.265	9.642	9.642	-
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	19.143.134
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.683.601	1.425.289	1.258.312	4.541.006	678.480	96.921	96.921	179.750
Total										19.210.811

No caso específico da Ensitrans – Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E., apesar da percentagem detida pela Empresa direta e indiretamente ser de 50%, o Conselho de Administração entende que não detém o controlo da mesma, pelo que reconheceu a sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial.

No decurso do exercício de 2014, a Empresa alienou a sua participação na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., conforme despacho da Direcção Geral de Tesouro e Finanças, pelo valor de 1 euro (Nota 28). A participação que a Empresa detinha na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. encontrava-se registada por valor nulo, sendo que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa reconheceu na demonstração dos resultados uma provisão no montante de 1.816.143 euros correspondente à sua parte nas perdas acumuladas apuradas por esta participada no exercício e em exercícios anteriores, sendo que, adicionalmente, a Empresa tinha concedido suprimentos no montante de 19.143.134 euros, para os quais a Empresa não registou qualquer imparidade. Em resultado da alienação, a Empresa reconheceu uma perda líquida, em 2014, na rubrica de "Resultados relativos a empresas associadas" pelo montante de 17.326.990 euros.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo concedeu suprimentos à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 5.092.660 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2013, o montante total concedido a título de suprimentos ascende a 19.143.134 euros. O Grupo não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pelo Grupo no decurso do exercício de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	275.371	19.455.480	19.730.851
Aplicação do método da equivalência patrimonial	82.147	-	82.147
Dividendos	(127.323)	-	(127.323)
Aumentos de suprimentos - GIL	-	(19.143.134)	(19.143.134)
Outras variações	(456)	-	(456)
Saldo final	229.739	312.346	542.085
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	-	-
Saldo final	-	-	-
Ativo líquido	229.739	312.346	542.085

	2013		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	213.164	14.362.820	14.575.984
Aplicação do método da equivalência patrimonial	100.756	-	100.756
Dividendos	(39.655)	-	(39.655)
Aumentos de suprimentos - GIL	-	5.092.660	5.092.660
Outras variações	1.106	-	1.106
Saldo final	275.371	19.455.480	19.730.851
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	(313.493)	-	(313.493)
Reclassificação para a rubrica de "Provisões"	313.493	-	313.493
Saldo final	-	-	-
Ativo líquido	275.371	19.455.480	19.730.851

10. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2014 e 2013, corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Justo valor ("JV")		Variação	Justo valor ("JV")	
						(contraparte)			(contraparte)	
						31.12.2014			31.12.2013	
					Activo	Passivo		Activo	Passivo	
DB EXPORT/97	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2015	18.946.700	-	(443.914)	533.566	-	(977.480)
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22-09-2005	01-07-2005	01-01-2019	43.846.560	-	(32.359.608)	10.871.515 (*)	-	(43.231.123)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	21.923.280	3.678.000	-	406.813	3.271.187	-
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06-06-2005	23-09-2005	23-09-2022	79.850.569	-	(165.906.491)	599.854 (*)	-	(166.506.345)
					164.567.109	3.678.000	(198.710.014)	12.411.747	3.271.187	(210.714.948)

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP.

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2014, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.7), seria como segue:

2014	+1%	-1%
Justo Valor	21.466.653	(62.675.519)
	21.466.653	(62.675.519)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 9 contratos de SWAP tendo pago o montante de 15.422.250 euros. O ganho resultante da liquidação destes contratos, cujo montante ascendeu a 24.527.071 euros, que corresponde à diferença entre o valor pago e o "marked-to-market" determinado pela contraparte com quem os mesmos foram contratados com referência a 31 de dezembro de 2012, foi registado na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 28) e a perda no montante de 9.104.821 euros foi registada na rubrica de "Outros gastos e perdas" (Nota 29).

O detalhe dos contratos de SWAP liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Tipologia	Despacho	Entidade bancária	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Variação
TREM I	ML	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Yia - EUR 10Yia) Leveraged Floor	20-Mar-20	80.222.338	08-04-2013	(1.300.000)	(877.164)	422.836
	ML	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Yia - EUR 10Yia) Leveraged Floor	21-Set-24	88.007.484	08-04-2013	(3.000.000)	(1.674.198)	1.325.802
GOLDMAN SCHUKDESCHEN	ML	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	21-Jul-16	71.042.080	20-05-2013	8.112.044	14.430.951	6.318.907
	ML	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	24-Jul-16	50.000.000	20-05-2013	5.792.784	10.278.688	4.485.904
	ML	1161/13-SET	JP Morgan	Snawball, Overlay	01-Jan-19	34.769.094	13-06-2013	3.056.515	4.685.342	1.618.827
DEUTSCHE SCHUKDESCHEN	ML	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla (Restructured)	23-Set-22	90.036.707	13-06-2013	7.361.246	10.590.719	3.229.473
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Range	18-Ago-16	25.500.000	28-06-2013	(1.243.210)	(5.117.906)	(3.874.696)
DEUTSCHE SCHUKDESCHEN	ML	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-14	150.000.000	28-06-2013	(3.561.611)	(1.943.975)	1.617.636
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-16	2.450.000	28-06-2013	194.482	886.918	692.436
								15.422.250	31.259.376	15.837.126

11. Outros ativos financeiros – não corrente

Em 31 de dezembro de 2014 na rubrica "Outros ativos financeiros – não corrente" inclui: (i) o montante de 27.530.523 euros relativo a um colateral que a Empresa teve de conceder em abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 9.636 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor"; e (ii) o montante de 22.559.473 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do "rating" da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 1.197.492 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2014			2013		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consu						
Materiais	2.409.930	(299.936)	2.109.994	1.144.973	(405.000)	739.973
Ferramentas	17.588	-	17.588	18.732	-	18.732
Produtos de limpeza	39.015	-	39.015	41.216	-	41.216
Combustíveis	38.553	-	38.553	37.025	-	37.025
Títulos de transporte	-	-	-	433.525	-	433.525
Outros materiais	255.836	-	255.836	298.571	-	298.571
Artigos promocionais/publicações	21.203	-	21.203	-	-	-
	2.782.126	(299.936)	2.482.190	1.974.041	(405.000)	1.569.041

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2014	2013
Saldo inicial	1.974.041	1.602.618
Compras	2.584.879	2.208.434
Regularizações	862.764	313.451
Saldo final	2.782.126	1.974.041
	2.639.558	2.150.462

Perdas por Imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Perdas por Imparidade - Inventários	2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Materiais	405.000	-	105.064	299.936
	405.000	-	105.064	299.936

Perdas por Imparidade - Inventários	2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Materiais	380.000	25.000	-	405.000
	380.000	25.000	-	405.000

Os aumentos das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram registados na rubrica de "Imparidade de inventários (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

13. Clientes e outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de "Clientes" e "Outros ativos" apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013			
	Montante bruto	Desconto financeiro	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:							
Outras contas a receber	799.614	(162.941)	-	636.673	10.502.602	-	10.502.602
	799.614	(162.941)	-	636.673	10.502.602	-	10.502.602
Correntes:							
Clientes	4.494.646	-	(102.631)	4.392.015	6.535.075	(101.284)	6.433.791
Outras contas a receber	78.754.633	-	(4.458.989)	74.295.644	84.023.389	(4.458.989)	79.564.400
	83.249.279	-	(4.561.620)	78.687.659	90.558.464	(4.560.273)	85.998.191
	84.048.893	(162.941)	(4.561.620)	79.324.332	101.061.066	(4.560.273)	96.500.793

O detalhe da rubrica de "Clientes" e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Clientes	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Associadas e participadas (Nota 31)	1.601.737	-	3.224.040	-
Ar Telecom	463.383	-	463.383	-
Simtejo	59.624	-	59.624	-
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	36.697	-	2.023	-
Direção Geral de Transportes Terrestres	23.644	-	23.644	-
Refer	1.045	-	1.045	-
Tmn - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	-	-	262.958	-
Outros	2.308.516	-	1.698.744	-
	4.494.646	-	5.735.461	-
Imparidade de contas a receber de clientes	(102.631)	-	(101.284)	-
	4.392.015	-	5.634.177	-

De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, a antiguidade do saldo de "Clientes" é como segue:

Clientes	31.12.2014	31.12.2013
Não vencido	499.938	2.010.533
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	1.912.348	992.705
90-180 dias	586.889	556.966
180-360 dias	447.826	2.748.336
+360 dias	945.014	23.967
Vencido e ajustado:		
0-90 dias	-	-
90-180 dias	-	-
180-360 dias	-	-
+360 dias	102.631	101.284

O detalhe da rubrica de "Outras contas a receber" e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

Outras contas a receber	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Trabalhos por conta de terceiros	54.651.573	-	55.707.366	-
Parque Expo' 98	7.980.766	-	7.980.766	-
Devedores por acréscimo de rendimentos	4.180.633	-	1.797.441	-
Câmara Municipal do Barreiro	3.082.811	-	3.101.278	-
Receitas de tráfego	1.965.733	-	2.317.465	-
Associadas e participadas (Nota 31)	969.780	-	1.341.098	-
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	731.832	-	747.716	-
GIBB Portugal	-	636.673	799.614	-
Câmara Municipal de Lisboa	430.387	-	437.240	-
Pessoal	362.385	-	671.155	-
Transtejo	98.420	-	3.157.769	10.502.602
Rodoviária de Lisboa	34.222	-	76.782	-
Refer	24.139	-	114.414	-
Outros	4.241.951	-	6.572.899	-
	78.754.632	636.673	84.823.003	10.502.602
Imparidade de outros ativos	(4.458.988)	-	(4.458.989)	-
	74.295.644	636.673	80.364.014	10.502.602

De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, a antiguidade do saldo de "Outros ativos" é como segue:

Outras contas a receber	31.12.2014	31.12.2013
Não vencido	-	1.203.187
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	413.493	353.181
90-180 dias	4.939.246	279.182
180-360 dias	237.059	2.887.169
+360 dias	69.342.519	80.885.294
Vencido e ajustado:		
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	-	-
90-180 dias	-	-
180-360 dias	-	-
+360 dias	4.458.988	4.458.989

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2013 da compensação total o Grupo recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo à parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros ativos correntes" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que o Grupo concluiria a construção e daria início a exploração desta linha).

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Treni II, A.C.E.



Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre o Grupo, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que o Grupo pagaria à Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável a implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo o Grupo capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha - Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outros passivos", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o Grupo celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 euros relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

No decurso do exercício findo a 31 de dezembro de 2014, a Empresa celebrou um acordo de Dação em Cumprimento com o Estado Português e a Transtejo, do qual resultou a liquidação da totalidade da dívida pela Transtejo referente ao terminal fluvial do Cais dos Sodré, a qual em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 10.502.002 euros.

A rubrica "Trabalhos por conta de terceiros" inclui os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2014 e 2013 foi como segue:

Imparidades	2014				2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	101.284	1.348	-	102.632	73.938	35.162	(7.816)	101.284
De outras contas a receber	4.458.989	-	-	4.458.989	4.458.989	-	-	4.458.989
	4.560.273	1.348	-	4.561.621	4.532.927	35.162	(7.816)	4.560.273

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos ativos	2014	2013
Seguros pagos antecipadamente	20.575	11.023
Encargos com contratos de leasing	1.445.487	1.730.816
Encargos com financiamentos	-	8.295
	1.466.062	1.750.134

A rubrica "Diferimentos ativos - Encargos com contratos de leasing", no montante de 1.445.487 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 1.628.862.755 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi efetuado um aumento de capital no montante de 549.683.716 euros, do qual: (i) 211.326.846 euros foram subscritos e realizados em dinheiro; (ii) 315.628.462 euros por conversão de dívida em capital (inclui o montante de 186.462.360 euros de financiamentos efetuados ao ILD (Nota 5.6) e o montante de 129.202.102 euros de financiamentos concedidos à Empresa (Nota 18); (iii) 13.537.361 euros por conversão de juros a liquidar relativos aos empréstimos referidos acima; e (iv) 16.152.430 euros decorrente do Acordo de Dação em Cumprimento celebrado entre o Estado Português, a Transtejo e a Empresa.

Resultados transitados

O resultado líquido negativo dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2012 e 2013 constante nas demonstrações financeiras do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., consideradas para efeitos de consolidação, foram transferidos para a rubrica de "Resultados transitados" nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

16. Interesses sem controlo

O movimento ocorrido nos interesses sem controlo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi como segue:

Empresa	Saldo inicial	Transferência	Resultado líquido	Saldo final
TREM I (Nota 3.2 a))	(11.874.787)	11.874.787	-	-
TREM II	(23.074.910)	-	(3.093.417)	(26.168.327)
	(34.949.697)		(3.093.417)	(26.168.327)

17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Provisões e passivos contingentes	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Provisões para riscos e encargos					
Processos judiciais em curso	573.351	515.218	(54.271)	-	1.034.298
Juros a liquidar	10.999.739	30.394.346	-	-	41.394.085
Impostos	217.694	-	-	-	217.694
Contratos onerosos	143.037	1.450	(67.119)	-	77.368
Despesas com pessoal	142.971	-	-	-	142.971
	12.076.792	30.911.014	(121.390)	-	42.866.416
Outras provisões:					
Investimentos financeiros	1.817.241	1.981	(1.815.764)	-	3.458
Outras	27.691	-	(505)	-	27.186
	1.844.932	1.981	(1.816.269)	-	30.644
	13.921.724	30.912.995	(1.937.659)	-	42.897.060

Provisões e passivos contingentes	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Provisões para riscos e encargos					
Processos judiciais em curso	723.099	391.748	(309.177)	(232.319)	573.351
Juros a liquidar	261.881	10.737.858	-	-	10.999.739
Impostos	217.694	-	-	-	217.694
Reestruturação	285.141	-	(285.141)	-	-
Contratos onerosos	108.338	44.145	(9.446)	-	143.037
Despesas com pessoal	142.971	-	-	-	142.971
	1.739.124	11.173.751	(603.764)	(232.319)	12.076.792
Outras provisões:					
Investimentos financeiros	-	1.817.241	-	-	1.817.241
Outras	27.691	-	-	-	27.691
	27.691	1.817.241	-	-	1.844.932
	1.766.815	12.990.992	(603.764)	(232.319)	13.921.724

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo reconheceu na rubrica de "Provisões para riscos e encargos" o montante de 30.394.346 euros relativos aos juros vencidos e não pagos durante o ano de 2014 (10.737.858 euros em 31 de dezembro de 2013) à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras, bem como, o montante das despesas que o Grupo irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2014 ascende a 545.226 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Processos judiciais em curso".

A reversão verificada na rubrica de "Outras provisões – investimentos financeiros", no montante de 1.817.241 euros é essencialmente relativa à provisão constituída pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 para fazer face às perdas acumuladas naquele exercício e em exercícios anteriores, relativamente à participada GIL, conforme referido na Nota 9.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014, existem pedidos de indemnizações reclamados ao Grupo, no montante de 3.372.993 euros (2.078.851 euros em 31 de dezembro de 2013), os quais referem-se essencialmente a processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2014 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na demonstração da posição financeira

a) Responsabilidades com saúde

O Grupo tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registados encargos de saúde no montante de 701.257 euros (Notas 3.16 e 27), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

b) Compromissos com fornecedores de Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 46.859.685 euros (Nota 7 e 18) e 59.386.085 euros, respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede.

18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos incluindo os afetos à atividade de exploração em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2014			2013		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
		Límite	Corrente	Não corrente	Límite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100.000.000	-	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50.000.000	-	-	50.000.000	50.000.000	-
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	26.493.609	26.493.609	105.974.436	26.493.609	52.987.718
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	102.708.492	205.416.984	410.833.969	102.708.492	308.125.476
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	21.647.626	108.238.130	129.885.756	-	129.885.756
Emp. TREM I LP 2000 (50 M EUR)	Banco Santander	50.000.000	1.443.960	32.107.492	50.000.000	1.398.054	33.551.451
Emp. TREM I LP 2000 (50 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	50.000.000	1.443.960	32.107.492	50.000.000	1.398.054	33.551.451
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.437.220	36.003.494	52.777.778	1.398.734	37.396.949
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	718.611	18.001.747	26.388.889	699.368	18.698.474
Emp. TREM II LP 2001 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	718.611	18.001.747	26.388.889	699.368	18.698.474
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Banco Santander	52.777.778	1.393.369	37.132.093	52.777.778	1.356.057	38.569.228
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa Geral de Depósitos	26.388.889	696.684	18.566.046	26.388.889	678.028	19.284.614
Emp. TREM II LP 2002 (105 M EUR)	Caixa BI	26.388.889	696.684	18.566.046	26.388.889	678.028	19.284.614
Total Empréstimos bancários			159.398.826	700.634.880		187.507.792	860.033.705
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	13.383.727	13.383.727	-	18.946.700	5.562.973	13.383.727
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	33.475.958	3.548.528	29.927.430	40.434.927	3.456.669	36.978.258
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH - Sucursal Portugal	-	-	-	-	4.459	-
Total de Locações financeiras			16.932.255	29.927.430		9.024.101	50.361.985
Encargos financeiros		-	(7.107.200)	-	-	(11.348.761)	-
Descobertos bancários (Nota 4)		-	255.825	-	-	-	-
Total instituições financeiras			169.479.706	730.562.310		185.183.132	910.395.690

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme referido na Nota 15, em consequência do despacho do Ministro das Finanças e Economia foi convertido em capital o montante de 129.202.102 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 129.885.756 euros, estão associados a responsabilidades com a produção do transporte e cujo reembolso será efetuado em 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 410.833.969 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.438 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large '2', the letter 'A', and several illegible signatures.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2016	309.493.651
2017	133.413.858
2018	30.971.036
2019 e seguintes	226.756.335
	700.634.880

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, o Grupo celebrou com a DB EXPORT Leasing GmbH, dois contratos de "leasing", relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2014, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 13.383.727 euros.

Em 31 de dezembro de 1998, o Grupo celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2014, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 33.475.958 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 a Grupo utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

2014	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (Nota 7)	16.932.255	29.927.430	46.859.685
	16.932.255	29.927.430	46.859.685

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2016	7.238.201
2017	7.430.547
2018	7.628.011
2019	7.630.670
	29.927.430

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre -3,6796% e 3,0861%.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2015 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2015, encontra-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 189.272.225 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2015 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras já se

encontra parcialmente concretizado, através do aumento de capital no montante de 29.000.000 euros (Nota 34); e (ii) a conversão de financiamentos concedidos pela DGTf em aumentos de capital no montante de 410.758.820 euros (Nota 34).

Em 31 de dezembro de 2014 os financiamentos obtidos que têm associados “covenants”, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31.12.2014 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPÓSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100.000.000	10 de Julho 2016	SIM	SIM	Sim- Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Negative Pledge em termos semelhantes aos constantes do Anexo C/Infra / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50.000.000	24 de Julho de 2016	SIM	SIM	Sim- Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Negative Pledge em termos semelhantes aos constantes do Anexo C/Infra / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa

Anexo A - Cláusula 11.7. Enquanto as obrigações para si decorrentes do presente Contrato não se encontrarem integralmente satisfeitas, não dar em garantia ou por outra forma onerar quaisquer bens, com excepção das infra-estruturas de longa duração (LD's), que constam ou venham a constar do seu activo, desde que tal afecte significativamente o património da Mutuária ou a sua capacidade em cumprir com as obrigações decorrentes deste Contrato, excepto:

- a) Garantias constituídas com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- b) Garantias prestadas no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor das entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações;
- c) Garantias constituídas por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a actividade da Mutuária;
- d) Cessão de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Mutuária, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- e) Garantias constituídas sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Mutuária para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- f) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- g) Qualquer garantia que resulte de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Mutuária no âmbito da sua actividade comercial regular;
- h) Garantias constituídas no âmbito de ou que resultem das operações referidas na alínea b).

Cláusula 11.8. Não vender, ceder ou por qualquer outro meio transmitir qualquer dos seus Activos, com excepção das infra-estruturas de longa duração (LD's), sem o consentimento prévio do Banco.

- Esta proibição não se aplica a qualquer venda, cessão, transmissão ou qualquer outra forma de disposição, se:
- a) Relativa a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros e efectuada no exercício de actividade comercial da Mutuária ou por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a referida actividade;
 - b) Constituir numa troca por outros Activos compatíveis no que respeita ao tipo, valor e qualidade ou se a contrapartida auferida corresponder ao respectivo valor de mercado;
 - c) For efectuada no âmbito de operações de locação estruturadas off-balance e swapbook, a favor das entidades financiadoras dessas operações com vista ao financiamento dos Activos em causa;
 - d) O montante do correspondente valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o mais alto, e do valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o mais alto, de qualquer outra venda, aluguer, transmissão ou outra forma de disposição (sem contar com as operações permitidas nas alíneas anteriores) não exceder em qualquer exercício o montante de 15.000.000€ (quinze milhões de euros).

Anexo B - a sociedade poderá, no entanto, sobre os bens móveis ou imóveis que constituem ou venham a constituir o seu activo, e sem prejuízo das obrigações identificadas no número um da presente cláusula, prestar:

- (i) Garantias com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- (ii) Garantias no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor de entidades financiadoras dessas operações e garantem apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações bem como garantias conexas com aquelas obrigações que sejam exigidas como obrigações das Sociedades pelas entidades financiadoras daquelas operações;
- (iii) Garantias por exigência legal ou estatutária ou em virtude de Instruções Imperativas do Governo/Tutela no âmbito de actividade exercida pela Sociedade;
- (iv) Cessão de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Sociedade, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- (v) Garantias sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Sociedade para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- (vi) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- (vii) Qualquer garantia que vise obstar ao exercício de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Sociedade no âmbito da sua actividade comercial regular.

O “downgrade” do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de “US Cross Border Lease”, respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2014 constitui um colateral no montante de 22.559.473 euros (Nota 11).

19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na Nota 3.16, o Grupo assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2014, o número de empregados ativos, e reformados /pensionistas abrangidos ascendia a 1.050 e 1.412 respetivamente (1.068 e 1.425 em 31 de dezembro de 2013).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido a data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2014	2013
Trabalhadores activos	61.053.296	50.459.418
Reformados	186.048.877	166.527.727
	247.102.172	216.987.145

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2014 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2014	2013
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	2,00%	3,50%
Taxa de Crescimento Salarial 2015 e 2016	0,00%	
Taxa de Atualização Prestação PRT 2015 e 2016	0,00%	
Taxa de Atualização Prestação PRT após 2016	1,50%	
Taxa de Crescimento Salarial após os 55 anos		1,50%
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa média anual de crescimento de pensões	0,00%	0,00%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	1,50%	1,50%

Com referência a 31 de dezembro de 2014, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tida em consideração: (i) a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado de 2014, no que se refere à suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) a alteração da idade de reforma de 65 para os 66 anos (em 2014 e 2015), sendo que após 2015 a idade normal de reforma varia em função da esperança média de vida aos 65 anos de idade conforme artigo 20º do Decreto-Lei n.º 167-E/2013.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2014 e 2013 foi como se segue:

	2014	2013
Responsabilidades totais no início do período	216.987.145	262.739.100
Custos dos serviços correntes	2.383.411	2.302.813
Custo dos juros	7.594.550	9.852.716
Benefícios pagos no exercício	(279.486)	(13.563.235)
Ganhos / perdas atuariais do exercício	20.416.552	(44.344.250)
Reponsabilidades totais no fim do período	247.102.172	216.987.145

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2014, nos montantes de 2.383.411 euros e 7.594.550 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

A redução verificada no exercício findo a 31 de dezembro de 2014, na rubrica de “Benefícios pagos no exercício” resultou da suspensão de complementos às pensões impostas pela Lei nº 83-C-2013 do Orçamento de Estado 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Grupo reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante 20.416.552 euros e (44.344.250) euros, respetivamente, relativo a ganhos/perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados”, conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.16).

Em 31 de dezembro de 2014, as perdas atuariais resultam, essencialmente, da alteração da taxa de desconto de 3,5% para 2%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 247.102.172 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica “Responsabilidades por benefícios pós emprego”.

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas na demonstração da posição financeira.

20. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se como segue:

Fornecedores	2014	2013
Fornecedores:		
CIC Engenharia e Projectos, Lda.	690.500	690.500
Emel	-	1.170
Companhia Carris de Ferro	11.262	64.378
Iberlin, S.A.	12.161	10.891
Eurest, S.A.	378	5.882
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	-	42.818
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	39.360	29.021
Optimus Comunicações, S.A.	-	1.720
Empresas do Grupo (Nota 31)	48.355	456.666
Edp Comercial	761.779	845.260
Outros	1.575.069	541.392
	3.138.864	2.689.698

De acordo com a informação constante na demonstração da posição financeira consolidada, o saldo de “Fornecedores” apresenta os seguintes prazos de vencimento:

Fornecedores	31.12.2014	31.12.2013
Não vencido	1.206.187	941.337
Vencido mas não ajustado:		
0-90 dias	623.958	581.202
90-180 dias	70.529	523.612
180-360 dias	71.592	37.902
+360 dias	1.166.598	605.645
Vencido e ajustado:		
0-90 dias	-	-
90-180 dias	-	-
180-360 dias	-	-
+360 dias	-	-

21. Estado e Outros Entes Públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, o Grupo encontra-se sujeito adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2014		2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	328.206	81.716	314.791	8.025
Estimativa de imposto	(73.370)	68.202	44.877	87.525
Retenções na fonte	1.713.823	(495.638)	2.123.991	(459.217)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	891.433	-	1.236.080
Imposto sobre o valor acrescentado	113.193	138.921	1.316.379	652.938
Contribuições para a Segurança Social	-	1.213.355	-	1.224.933
Outros Impostos	737.864	415.472	756.086	296.590
	2.819.716	2.313.461	4.556.124	3.046.874

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2014, os quais serão liquidados em janeiro de 2015.

22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2014	2013
Imposto corrente	223.288	222.117
	223.288	222.117

Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% e 70% do respetivo lucro tributável, em 2013 e 2014, respetivamente. Decorrente desta situação as autoridades tributárias poderão entender que os ajustamentos de transição para o SNC (reportados a 01 de janeiro de 2010) no montante de 1.017.000.000 Euros, poderiam ser relevantes para efeitos de cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício.

É entendimento do Grupo que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados, os mesmos não deveriam concorrer para o apuramento do resultado tributável dos exercícios de 2013 e 2014, sendo assim intenção da Empresa solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este tema.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 615.469.595 euros e 711.987.657 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas e conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2014		2013	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2007	-	-	-	-
Gerados em 2008	-	2014	120.689.141	2014
Gerados em 2009	147.456.480	2015	147.456.480	2015
Gerados em 2010	155.633.266	2016	158.397.266	2016
Gerados em 2011	160.860.290	2017	160.860.290	2017
Gerados em 2012	91.936.009	2018	91.936.009	2018
Gerados em 2013	33.889.684	2019	32.648.471	2019
Gerados em 2014	25.693.866	2020		
	615.469.595		711.987.657	

23. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de "Outros passivos" apresentava a seguinte composição:

Outros passivos	2014	2013
Não corrente:		
Subsídios ao investimento a reconhecer	14.105.891	17.012.122
	14.105.891	17.012.122
Corrente:		
Outros credores:		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7.082.930	7.082.930
Pessoal	585.663	492.748
Outros	221.695	220.894
Empresas do grupo (Nota 31)	412.346	111.619
Subsídios ao investimento a reconhecer	2.906.231	2.906.231
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	6.997.811	7.787.103
Compensação por caducidade de contratos	66.957	293.235
Juros vincendos e não pagos	19.110.359	18.819.550
Credores por acréscimos de gastos	1.092.780	573.674
Leasings financeiros - mais valias diferidas	1.131.603	1.578.232
Receitas de tráfego	-	1.350.735
Fornecedores de investimentos	4.940.280	4.506.418
Rendimento de imóveis	388.259	31.613
Facturação antecipada	138.421	99.712
Outros	1.127.793	3.355.946
	46.203.128	49.210.640

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pelo Grupo com investimentos realizados, relativamente aos quais à data de relato ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

O montante de 4.940.280 euros (4.506.418 euros em 31 de dezembro de 2013) relativo à rubrica de "Fornecedores de investimentos" respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 1.300.017 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.315.421 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos; e (iii) 541.461 euros a pagar à Siemens.

As mais-valias decorrentes dos contratos de "leasing" financeiro referentes às 14 UT e 24 UT encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 28).

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o Grupo beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

Subsídios	2014						
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 28)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2015	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	8.263.221	494.838	494.838	2.184.822
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	40.195.911	2.411.393	2.411.393	11.921.069
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	48.459.132	2.906.231	2.906.231	14.105.891

Subsídios	2013						
	Montante total	Montante recebido	Rédito do período (Nota 28)	Rédito acumulado	Montante a reconhecer no exercício de 2014	Outros passivos correntes	Outros passivos não correntes
Subsídios relacionados com ativos:							
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	7.273.544	494.838	494.838	2.679.660
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	35.373.126	2.411.393	2.411.393	14.332.462
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	42.646.670	2.906.231	2.906.231	17.012.122

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

24. Rédito

O rédito reconhecido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2014	2013
Vendas:		
Sucatas	24.488	90.937
Prestação de serviços:		
Receitas de tráfego	86.021.693	77.487.718
Serviços secundários	2.024.290	2.328.308
Consultoria técnica	7.920.509	6.204.093
Contratos de arrendamento	126.150	124.866
Contratos de exploração	2.124.415	2.178.850
Outros	2	6
	98.241.548	88.414.778

O aumento verificado nas receitas de tráfego em 2014 resulta, essencialmente, da atualização da chave de repartição entre operadores de transportes.

25. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Subsídios à exploração	2014	2013
Indemnização compensatória	27.950.104	44.000.000
Passe 4_18	589.088	312.602
Passe Sub23	597.266	296.105
Paii-Programa Apoio Integrado a Idosos	20.690	305.482
Passe Social +	896.226	449.460
Outros subsídios	4.825.000	14.562
	34.878.374	45.378.211

Em 31 de dezembro de 2014 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 29.627.110 euros (27.950.104 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014 de 21 de agosto.

Em 31 de dezembro de 2013 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2013, de 4 de abril.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4_18@escola.tp, e para o passe sub23@superior.tp no montante de 624.433 euros (589.088 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 639.102 euros (597.266 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), respetivamente.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2014 foi atribuído pelo Estado uma compensação financeira no montante de 4.825.000 euros, para compensar a alteração à política remuneratória resultante da decisão do Tribunal Constitucional.

26. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013
Eletricidade	7.724.459	8.350.427
Rendas e alugueres	912.497	1.112.449
Vigilância e segurança	5.208.525	5.188.241
Conservação e reparação	3.989.646	4.115.414
Limpeza, higiene e conforto	2.555.054	2.666.010
Trabalhos especializados	2.422.088	1.189.002
Honorários	292.065	83.466
Deslocações e estadas	180.897	187.099
Outros	2.873.513	3.468.411
	26.158.744	26.360.519

27. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013
	TOTAL	TOTAL
Remunerações dos órgãos sociais	208.826	245.923
Remunerações do pessoal	48.631.754	50.764.641
Benefícios pós-emprego - complementos pagos	279.486	13.563.234
Responsabilidades da empresa com pensões (Nota 19)	9.977.961	12.155.529
Encargos sobre remunerações	11.140.151	11.000.037
Seguros de doenças profissionais	623.297	731.903
Seguro de saúde (Nota 17)	701.257	730.688
Gastos de ação social	232.995	660.936
Outros	1.123.621	2.050.269
	72.919.348	91.903.160

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, na rubrica de "Remunerações ao pessoal" resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei 83-C-2013 do Orçamento de Estado 2014.

O Grupo reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.383.411 euros e o custo dos juros, no montante de 7.594.550 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de trabalhadores foi de 1.553 e 1.607 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.537 e 1.568 pessoas, respetivamente.

28. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2014	2013
Subsídio para investimentos (Nota 23)	2.906.231	2.906.231
Ganhos em SWAP (Nota 10)	-	24.527.071
Juros de mora	1.926.371	528.816
Venda de energia	323.099	571.826
Reconhecimento de mais-valias	446.629	446.629
Serviços sociais	1.289	150.738
Recuperação de encargos	40.532	56.861
Diferenças de câmbio	6.019.407	4.135
Ganhos em inventários - sobras	4.341	181.581
Cedência do espaço	106.350	71.387
Rendas de imóveis (Nota 8)	24.753	22.925
Alienação - Investimento noutras empresas (Nota 9)	1	-
Outros	547.203	704.130
	12.346.206	30.172.330

O saldo da rubrica de “Ganhos em SWAP” reflete o diferencial entre o “marked-to-market” reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de SWAP no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). As perdas apuradas com o cancelamento dos contratos de SWAP encontram-se reconhecidas na rubrica de “Outros gastos e perdas” (Nota 29).

O saldo da rubrica de “Juros de mora” é relativo ao atraso de pagamento por parte da Transtejo, pela construção do Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

O saldo da rubrica “Diferenças de câmbio” é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constitui em obrigações americanas (Nota 11).

O saldo da rubrica de “Reconhecimento de mais-valias” é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT e 24 UT, cujo montante a 31 de dezembro de 2014 ascendeu 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 23).

29. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2014	2013
Juros de mora	53.495	421.610
Perdas em SWAP (Nota 10)	-	9.104.821
Donativos	14.220	14.220
Perdas em inventários	206.095	55.912
Impostos	116.812	209.200
Quotizações	99.760	98.124
Correcções de exercícios anteriores	5.638	13.171
Perdas em investimentos não financeiros	2.396.253	-
Outros	1.626.693	1.679.705
	4.518.966	11.596.763

A rubrica de “Juros de mora” em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.

O saldo da rubrica de “Perdas em SWAP” reflete o diferencial entre o “marked-to-market” reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de SWAP no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). Os ganhos apurados com o cancelamento dos contratos de SWAP encontram-se reconhecidos na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” (Nota 28).

O montante de 2.396.253 euros registado na rubrica de “Perdas em investimentos não financeiros” resulta dos abates de ativos fixos tangíveis efetuados no decurso do exercício (Nota 6).

30. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2014	2013
Gastos e perdas		
Juros suportados com financiamentos bancários	23.010.177	35.577.568
Loações financeiras	626.543	4.219.365
Outros gastos financeiros	31.111	31.111
	23.667.831	39.828.044
Rendimentos de juros		
Juros obtidos em aplicações financeiras	4.631	24.505
Outros rendimentos financeiros	7.520.772	854.645
	7.525.403	879.150
Resultados financeiros	(16.142.428)	(38.948.894)

O montante de 626.543 euros, registado na rubrica de "Loações financeiras" respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 18).

31. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2014						
	Contas a receber		Outras contas a receber	Diferimentos a reconhecer	Contas a pagar		Efeito líquido
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)			Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar (Nota 23)	
Associadas							
Publimento	1.389.299	-	-	-	-	-	1.389.299
Ensitrans A.E.I.E.	170.994	-	969.780	-	-	363.990	776.784
Empreendimentos conjuntos							
Otlis, A.C.E.	41.444	-	-	-	48.355	48.356	(55.267)
Empresas relacionadas							
GIL, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
	1.601.737	-	969.780	-	48.355	412.346	2.110.816

Partes relacionadas	2013						
	Contas a receber		Outras contas a receber	Diferimentos a reconhecer	Contas a pagar		Efeito líquido
	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)			Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar (Nota 23)	
Associadas							
Publimento	2.281.624	-	-	-	-	-	2.281.624
Ensitrans A.E.I.E.	618.434	-	1.341.098	-	-	111.619	1.847.913
Empreendimentos conjuntos							
Otlis, A.C.E.	323.982	-	-	-	456.666	-	(132.684)
Empresas relacionadas							
GIL, S.A.	-	19.143.134	-	-	-	-	19.143.134
	3.224.040	19.143.134	1.341.098	-	456.666	111.619	23.139.987

O saldo da rubrica "Outras contas a pagar", respeita aos saldos a pagar à Ensitrans em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no montante de 363.990 euros e 111.619 euros, respetivamente, os quais encontram-se registadas na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" (Nota 5.9).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2014				
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
Associadas					
Publimetro	-	-	-	1.266.837	-
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	2.189.608	18.783
Empreendimentos conjuntos					
Otlis, A.C.E.	971.779	-	79.518	4.304.016	-
Empresas relacionadas					
GIL, S.A.	-	-	303.981	-	-
	971.779	-	383.499	7.760.461	18.783

Partes relacionadas	2013				
	Compra de inventários	Compra ativos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos
Associadas					
Publimetro	-	-	-	1.141	-
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	3.569.629	18.783
Empreendimentos conjuntos					
Otlis, A.C.E.	120.011	8.040	1.271.139	2.881.903	-
Empresas relacionadas					
GIL, S.A.	-	-	304.234	-	-
	120.011	8.040	1.575.373	6.452.673	18.783

32. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as garantias prestadas pelo Grupo ascendiam a 60.139.747 euros e 61.157.244 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pelo Grupo relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

2014

Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.661	17-08-2011	Com Lisboa
Banco BPI	13.087	30-03-2010	Edp - Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª Inst.Lis
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4º bairro Fiscal
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Banco BPI	6.940	03-07-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Banco BPI	7.500	25-05-1994	Petrogal
Banco BBVA	5.926	26-07-2010	Refer
Banco BBVA	3.519	13-04-2010	C. M. VF Xira
Banco BBVA	35.580	02-06-2010	Tratolixo
Banco BBVA	35.580	13-04-2010	Tratolixo
Banco BBVA	3.990	19-02-1998	Petrogal
Banco BBVA	6.708	24-07-2001	Porto 2001
Banco BBVA	4.003	03-09-2001	Porto 2001
Banco BBVA	1.632	21-03-2007	Fazenda Pública
Banco BBVA	272.118	06-12-2010	Fazenda Pública
Banco BBVA	211.328	05-06-2013	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	316.992	05-06-2013	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	487.151	05-06-2013	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	324.767	14-05-2013	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	1.500	16-05-2014	TRANSTU
Banco CGD	673.371	30-09-2014	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	447.274	29-09-2014	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	448.914	30-09-2014	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	298.183	30-09-2014	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	8.196	01-10-2014	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	2.739	01-10-2014	Entreprise Metro D Alger
Banco CGD	2.294	11-03-1996	LTE, SA
	3.731.515		

33. Segmentos operacionais

Os segmentos utilizados pelos órgãos de gestão do Grupo são os seguintes:

- Atividade de transporte de passageiros e gestão de infraestruturas;
- Outros.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem U, A.C.E.



Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são como se segue:

ANO DE 2014

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	89.900.742	17.434.356	-	(9.093.550)	98.241.548
Subsídios à exploração	34.878.374	-	-	-	34.878.374
Trabalhos para a própria entidade	1.551.256	-	-	-	1.551.256
Aumentos / reduções de justo valor	13.618.875	-	-	-	13.618.875
Outros rendimentos e ganhos	12.031.380	745.125	-	(430.299)	12.346.206
Total dos rendimentos operacionais	151.980.627	18.179.481	-	(9.523.849)	160.636.259
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.639.558)	-	-	-	(2.639.558)
Fornecimentos e serviços externos	(31.322.364)	(4.360.230)	-	9.523.849	(26.158.744)
Gastos com o pessoal	(67.754.065)	(5.165.283)	-	-	(72.919.348)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(27.044.540)	(326.288)	(10.370.370) (1)	87.294	(37.653.904)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	105.064	-	-	-	105.064
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	(1.347)	-	-	(1.347)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	(4.683.754)	-	-	(1.022.596)	(5.706.350)
Provisões (aumentos / reduções)	(30.575.894)	65.756	-	-	(30.510.138)
Outros gastos e perdas	(3.569.549)	(2.005.112)	8.324	935.302	(4.631.035)
Total dos gastos operacionais	(167.484.660)	(11.792.503)	(10.362.046)	9.523.849	(180.115.360)
	(15.504.033)	6.386.978	(10.362.046)	-	(19.479.101)
Juros e rendimentos similares obtidos	7.525.403	-	-	-	7.525.403
Juros e gastos similares suportados	(22.666.574)	(1.001.257)	-	-	(23.667.831)
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	(20.124.337)	35.451	2.844.045 (2)	-	(17.244.843)
Resultado antes de impostos	(50.769.541)	5.421.172	(7.518.001)	-	(52.866.372)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(68.202)	(155.086)	-	-	(223.288)
Resultado líquido consolidado do exercício	(50.837.743)	5.266.086	(7.518.001)	-	(53.089.660)

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.

(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são como se segue:

ANO DE 2013

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
Vendas e serviços prestados	81.088.387	15.971.129	-	(8.644.738)	88.414.778
Subsídios à exploração	45.363.649	14.562	-	-	45.378.211
Trabalhos para a própria entidade	1.945.091	-	-	-	1.945.091
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	132.970	-	-	-	132.970
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	(27.345)	-	-	(27.345)
Provisões (aumentos / reduções)	2.591.191	402.056	-	-	2.993.247
Aumentos / reduções de justo valor	23.199.397	-	-	-	23.199.397
Outros rendimentos e ganhos	29.336.492	839.973	-	-	30.176.465
Total dos rendimentos operacionais	183.657.177	17.200.375	-	(8.644.738)	192.212.814
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.150.462)	-	-	-	(2.150.462)
Fornecimentos e serviços externos	(31.879.718)	(3.125.539)	-	8.644.738	(26.360.519)
Gastos com o pessoal	(86.397.818)	(5.505.342)	-	-	(91.903.160)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(27.910.026)	(10.906.494)	232.260 (1)	-	(38.584.260)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	(25.000)	-	-	-	(25.000)
Outros gastos e perdas	(11.410.345)	(166.418)	-	-	(11.596.763)
Total dos gastos operacionais	(159.773.369)	(19.723.793)	232.260	8.644.738	(170.620.164)
	23.883.808	(2.523.418)	232.260	-	21.592.650
Juros e rendimentos similares obtidos	879.050	100	-	-	879.150
Juros e gastos similares suportados	(38.723.273)	(1.104.771)	-	-	(39.828.044)
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e participadas	(1.259.896)	3.320	(458.811) (2)	-	(1.715.387)
Resultado antes de impostos	(15.220.311)	(3.624.769)	(226.551)	-	(19.071.631)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(87.525)	(134.592)	-	-	(222.117)
Resultado líquido consolidado do exercício	(15.307.836)	(3.759.361)	(226.551)	-	(19.293.748)

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.

(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

As transações intersegmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis a transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento "Outros segmentos" refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de consultoria, a entidades do grupo e a terceiras entidades.

Grupo ML



Trem, A.C.F.
Trem II, A.C.F.



Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são como se segue:

31 DE DEZEMBRO DE 2014

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
ATIVO					
NÃO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.677.424.000	-	-	-	4.677.424.000
Ativos fixos tangíveis	227.413.137	148.990	168.111.112 (1)	-	393.673.239
Propriedades de investimento	390.982	-	-	-	390.982
Ativos intangíveis	-	85.225	-	-	85.225
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	5.184.088	384.426	(5.026.420) (2)	-	542.085
Participações financeiras - outros métodos	-	396	-	-	396
Outros ativos não correntes	-	636.673	-	-	636.673
Derivados	3.678.000	-	-	-	3.678.000
Outros ativos financeiros	50.089.996	-	-	-	50.089.996
Total do ativo não corrente	4.964.180.203	1.255.710	161.084.683	-	5.126.520.596
CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	-	-	-	-	-
Inventários	2.482.190	-	-	-	2.482.190
Clientes	3.166.534	1.236.357	-	(10.876)	4.392.015
Estado e outros entes públicos	2.648.299	667.056	-	(495.639)	2.819.716
Outros ativos correntes	12.526.562	9.478.232	52.290.850 (3)	-	74.295.644
Diferimentos	56.349.086	280.706	(52.290.850) (3)	(2.872.970)	1.466.062
Caixa e depósitos bancários	23.806.166	12.048.702	-	-	35.854.868
Total do ativo corrente	100.978.837	23.711.142	-	(3.379.485)	121.310.495
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	4.677.424.000	-	-	-	4.677.424.000
Total do ativo afetado à operação (ML)	387.735.040	24.966.852	161.084.683	(3.379.485)	570.407.091
Total do ativo	5.065.159.040	24.966.852	161.084.683	(3.379.485)	5.247.831.091
PASSIVO:					
NÃO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	3.485.256.785	-	-	-	3.485.256.785
Provisões	55.736.875	561.823	(13.401.638) (2)	-	42.897.060
Financiamentos obtidos	520.076.153	210.486.167	-	-	730.562.310
Outros passivos não correntes	-	-	14.105.891 (3)	-	14.105.891
Derivados	198.710.014	-	-	-	198.710.014
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	247.102.172	-	-	-	247.102.172
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	3.485.256.785	-	-	-	3.485.256.785
Total do passivo não corrente afetado à operação (ML)	1.021.825.214	211.047.980	704.253	-	1.233.377.447
Total do passivo não corrente	4.506.881.999	211.047.980	704.253	-	4.718.634.232
CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	341.066.173	-	-	-	341.066.173
Fornecedores	1.370.469	1.779.271	-	(10.876)	3.138.864
Estado e outros entes públicos	2.520.432	288.668	-	(495.638)	2.313.461
Adiantamento de clientes	269.798	508.067	-	-	775.865
Financiamentos obtidos	160.674.782	8.804.824	-	-	169.479.706
Outros passivos correntes	42.975.274	3.194.590	2.906.231	(2.872.967)	46.203.128
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	341.066.173	-	-	-	341.066.173
Total do passivo corrente afetado à operação (ML)	207.810.755	14.573.520	2.906.231	(3.379.481)	221.911.024
Total do passivo corrente	548.876.928	14.573.520	2.906.231	(3.379.481)	562.977.197
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	3.826.322.958	-	-	-	3.826.322.958
Total do passivo afetado à operação (ML)	1.229.435.969	225.621.500	3.810.484	(3.379.481)	1.455.288.471
Total do passivo	5.055.758.927	225.621.500	3.810.484	(3.379.481)	5.281.611.429

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.

(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

(3) Ajustamento de consolidação decorrente da conversão de contas de NCRF para IFRS.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



Os ativos e passivos por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são como se segue:

31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Transporte de passageiros e gestão de infraestruturas	Outros segmentos	Ajustamentos	Eliminações	Grupo
ATIVO					
NÃO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4.361.698.549	-	-	-	4.361.698.549
Ativos fixos tangíveis	259.863.291	11.135.771	165.689.518 ⁽¹⁾	3.104.885	439.793.465
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	25.683.810	407.478	(6.360.437) ⁽²⁾	-	19.730.851
Derivados	3.271.187	-	-	-	3.271.187
Outros ativos não correntes	47.380.913	3.140.965	-	(3.104.885)	47.416.993
Total do ativo não corrente	4.697.897.750	14.684.214	159.329.081	-	4.871.911.045
CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2.041.708	-	-	-	2.041.708
Outros ativos correntes	86.052.909	10.530.292	-	(2.709.711)	93.873.490
Caixa e depósitos bancários	18.186.353	14.407.875	-	-	32.594.228
Total do ativo corrente	106.280.970	24.938.167	-	(2.709.711)	128.509.426
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	4.361.698.549	-	-	-	4.361.698.549
Total do ativo afetado à operação (ML)	442.480.171	39.622.381	159.329.081	(2.709.711)	638.721.922
Total do ativo	4.804.178.720	39.622.381	159.329.081	(2.709.711)	5.000.420.471
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
PASSIVO:					
NÃO CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	3.600.774.086	-	-	-	3.600.774.086
Financiamentos obtidos	691.360.435	219.035.255	-	-	910.395.690
Outros passivos não correntes	13.312.201	627.581	(18.058)	17.012.122	30.933.846
Derivados	210.714.948	-	-	-	210.714.948
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	216.987.145	-	-	-	216.987.145
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	3.600.774.086	-	-	-	3.600.774.086
Total do passivo não corrente afetado à operação (ML)	1.132.374.729	219.662.836	(18.058)	17.012.122	1.369.031.629
Total do passivo não corrente	4.733.148.815	219.662.836	(18.058)	17.012.122	4.969.805.715
CORRENTE:					
Investimentos de infraestruturas de longa duração	298.900.953	-	-	-	298.900.953
Financiamentos obtidos	176.877.441	8.305.691	-	-	185.183.132
Outros passivos correntes	49.498.733	5.935.778	-	196.520	55.631.031
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	298.900.953	-	-	-	298.900.953
Total do passivo corrente afetado à operação (ML)	226.376.174	14.241.469	-	196.520	240.814.163
Total do passivo corrente	525.277.127	14.241.469	-	196.520	539.715.116
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração (ILD)	3.899.675.039	-	-	-	3.899.675.039
Total do passivo afetado à operação (ML)	1.358.750.903	233.904.305	(18.058)	17.208.642	1.609.845.792
Total do passivo	5.258.425.942	233.904.305	(18.058)	17.208.642	5.509.520.831

(1) Ajustamento de consolidação para uniformização da política contabilística.

(2) Ajustamento de consolidação decorrente da anulação do efeito de equivalência patrimonial.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo.

34. Acontecimentos após a data do balanço

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal de contas anuais ascenderam a 21.206 euros.

35. Acontecimentos após a data do balanço

Na sequência dos despachos datados de 17 de fevereiro de 2015, 13 de maio de 2015 e 3 de julho de 2015, e tendo por base os termos do n.º 2 do artigo 59º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 4º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, foi determinado aumentar o capital social da Empresa, respetivamente em 29.000.000 euros, 34.000.000 euros e 35.000.000 euros a subscrever pelo Estado em numerário, respetivamente até ao dia 20 de fevereiro de 2015, 18 de maio de 2015 e 10 de setembro de 2015 para além a conversão de financiamentos concedidos pela DGTf em aumentos de capital no montante de 410.758.820 euros.

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



À data da aprovação destas demonstrações financeiras os aumentos de capital atrás referidos não se encontravam totalmente subscritos e realizados (dos quais 25.000.000 euros serão realizados até 10 de setembro de 2015), sendo que foram alterados os estatutos em conformidade, passando o capital social da Empresa para 1.726.862.755.86 euros.

O Estado Português através da Resolução do Conselho de Ministros do dia 26 de fevereiro de 2015 lançou o concurso público internacional para a subconcessão dos serviços prestados pelo Metropolitano de Lisboa, no dia 23 de março de 2015.

A 2 de julho de 2015. O Júri do concurso público internacional para a subconcessão dos serviços prestados pelo Metropolitano de Lisboa apresentou o Relatório Final de avaliação de Propostas, bem como os demais documentos que compõem o processo de concurso ao Conselho de Administração e restantes membros do Agrupamento de entidades adjudicantes, propondo a adjudicação à entidade Corporation Española de Transportes, SA (CTSA).

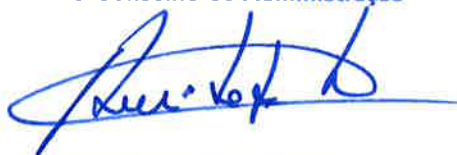
Lisboa, 24 de setembro de 2015

O Técnico Oficial de Contas



Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração




Eng.º Rui Lopes Loureiro



Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas



Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos



Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



Dr. José Rui Roque

Parecer do Conselho Fiscal

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



Handwritten marks: a checkmark, the letter 'D', and a signature.

Certificação Legal das Contas do Grupo ML

Grupo ML



Trem, A.C.E.
Trem II, A.C.E.



